



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (DHI)

CATARINA DE OLIVEIRA GOES

A ditadura civil-militar em Sergipe: uma sequência didática para as aulas de história

SÃO CRISTÓVÃO

2026

CATARINA DE OLIVEIRA GOES

A ditadura civil-militar em Sergipe: uma sequência didática para as aulas de história

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, pela disciplina Prática de Pesquisa, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Aaron Sena Cerqueira Reis.

SÃO CRISTÓVÃO

2026

AGRADECIMENTOS

Todos os caminhos que percorri estiveram sempre amparados pela de pessoas que deram sentido e significado à minha jornada. Afirmo, com toda a convicção, que cada uma delas fizeram a diferença para que este trabalho de Conclusão de Curso fosse executado e esta graduação concluída.

Inicialmente agradeço aos meus pais, que sempre me aconselharam sobre a importância de se dedicar aos estudos, e por investirem sem medirem esforços em meus sonhos. Meus pais não se expressam com frequência por meio de palavras, a linguagem de amor de ambos é demonstrada por atos de serviço, os dois formaram um alicerce sólido, por mais que palavras não fossem ditas, a presença, o esforço, e o amor dos dois estiveram sempre presente.

À minha família, agradeço especialmente à minha avó por todo o amor, carinhos e atos de serviço, chegar em sua casa e sentir o cheiro maravilhoso da comida sendo feita sempre será uma das minhas melhores lembranças, as minhas primas e tias por sempre comemorarem todas as minhas conquistas e principalmente a minha tia Nilza, minha maior referência e exemplo de que a educação pública, gratuita e de qualidade é capaz de mudar a vida de uma pessoa.

No início da graduação, a sensação muita das vezes pode parecer assustadora e solitária, porém a amizade supera essas barreiras, e tive a sorte de construir boas amizades, tanto das pessoas que entraram comigo na turma 2022.1, como nas que encontrei ao longo da graduação, todas as risadas, conversas, momentos de descontração no DALH fizeram com que tudo fosse mais leve, e agradeço especialmente a minha amiga Júlia Evangelino, desde a primeira conversa, tive a sensação que era uma amizade de anos de convivência, tê-la ao meu lado foi sempre uma dádiva.

Agradeço com muito carinho ao professor Aaron, que esteve presente desde o início da graduação com a disciplina História da Educação, posteriormente com o PIBID e o Prolice, tê-lo como meu orientador do trabalho de Conclusão de Curso transformou uma experiência inicialmente desafiadora, para uma experiência possível.

Por intermédio do professor Aaron, eu tive a oportunidade de conhecer e trabalhar com o professor João Paulo por meio do PIBIC, no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, embora minha trajetória estivesse voltada principalmente na atuação em sala de aula, a pesquisa foi um grande desafio, entretanto, a condução e apoio do professor João Paulo fizeram dessa experiência um momento significativo em minha formação.

Minha eterna gratidão à professora Miriam que estava presente em minha formação durante um ano no colégio 8 de julho com o PIBID, com ela compreendi e vivenciei como se consolidam os desafios da escola pública em todas as esferas. Agradeço também ao professor Serjei, no qual esteve presente comigo durante o PROLICE e na disciplina de estágio II, me acolhendo no colégio que concluí o ensino médio, retornar a instituição que ensino que concluí uma etapa fundamental em minha vida, agora como colega dos professores que um ministraram aulas durante o meu ensino médio, foi uma experiência inesquecível.

Agradeço a todos que estiveram comigo no início da graduação, mas por intermédio dos rumos que a vida leva os nossos caminhos se desconstruíram, como também sou grata por àqueles que me encontraram no meio desse ciclo e permaneceram até o final dela.

Todos os caminhos e experiências são e devem ressignificados, é preciso haver ousadia para encarar, sentir medo e tornar possível, pois se meu sonho não me assustasse ele não faria sentido, mas por ter pessoas tão maravilhosas em minha vida ressignifiquei esse medo em uma grande conquista.

Muito obrigada a todos. Cada momento ficará eternizado em minha memória. Este pode ser o fim de um ciclo, mas jamais o fim de uma jornada.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo elaborar uma sequência didática voltada para o ensino da Ditadura Civil-Militar em Sergipe para estudantes do Ensino Médio. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, utilizando como fontes o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, jornais da época, entrevistas, documentários e produções historiográficas sobre o tema, demonstrando a importância da história local para o ensino de História, com base em autores como Circe Bittencourt e Luis Fernando Cerri, argumenta-se que trabalhar com o cotidiano, as memórias e os espaços vividos pelos estudantes, permitindo que os alunos se reconheçam como sujeitos históricos. Nesse processo, destacam-se as competências de experiência, interpretação e orientação, inspiradas na teoria de Jörn Rüsen e discutidas por Cerri, como fundamentos para um ensino que ultrapasse a simples memorização de fatos históricos. A partir dessas fontes, foi elaborada uma sequência didática destinada ao 3º ano do Ensino Médio, baseada na análise crítica de documentos históricos e na valorização da realidade local. Os resultados evidenciam que o uso da história local favorece o desenvolvimento da consciência histórica, estimula a análise crítica das fontes e aproxima os estudantes do passado vivido em seu próprio contexto social, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Palavras-chave: História Local, Ensino de História, Ditadura Civil-Militar em Sergipe e Sequência didática.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. O Ensino de História e a História Local	10
3. A construção historiográfica sobre a ditadura civil-militar em Sergipe	23
4. Sequência didática	37
5. Considerações Finais	53
6. Referências	54

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) permanece como um dos temas mais relevantes para o campo historiográfico, tanto pelas profundas transformações políticas e sociais, como no campo da memória, da justiça e da educação. Entretanto, apesar da ampla produção e divulgação historiográfica do período, as narrativas difundidas no ensino de história ainda tendem a privilegiar episódios ocorridos nos grandes centros do país, relegando a segundo plano experiências vividas em outros espaços menos presentes no momento do apogeu do acontecimento histórico.

No entanto, a adoção de uma perspectiva centrada apenas no panorama nacional contribui para uma compreensão parcial do regime, limitando que estudantes reconheçam como a ditadura também se manifestou em suas realidades locais e afetou diferentes sujeitos históricos e diversos espaços cotidianos, no campo do ensino de História, essa discussão torna-se ainda mais relevante, pois,

A investigação no domínio da educação histórica pressupõe que a aprendizagem da história seja considerada pelos jovens como significativa em termos pessoais, de modo a lhes proporcionar uma compreensão mais profunda da vida humana (Rüsen, 2011, p. 11)

Nesse sentido, o território sergipano foi atravessado pelas práticas de vigilância, repressão, censura e controle político, ainda que expressas conforme suas particularidades locais. Investigar essas especificidades não significa apenas preencher lacunas da história regional, mas compreender que a ditadura assumiu múltiplas configurações no território brasileiro.

É nesse contexto que se insere esta pesquisa, cujo objetivo é elaborar uma sequência didática voltada para o ensino da Ditadura Civil-Militar em Sergipe para estudantes do Ensino Médio. Desse modo, partindo do princípio de que a utilização de fontes históricas regionais como jornais, depoimentos, produções historiográficas, articuladas a fontes nacionais, podem contribuir para o desenvolvimento da análise crítica dos alunos. Além disso, busca analisar a historiografia sobre a ditadura em Sergipe e discutir suas contribuições para o ensino de história. Pois no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, operou-se uma importante mudança no campo do ensino de história em

alguns países. Mais importante do que “transmitir o passado” passou a se ensinar a “pensar historicamente” (Alberti, 2021, p. 15).

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela existência de lacunas didáticas sobre a existência de sequências didáticas sobre a ditadura em Sergipe, assim sendo, o trabalho promove o fortalecimento da história local e da aprendizagem histórica e por fim, disponibiliza para o professor um instrumento de ensino, constituindo um ponto de partida para outras práticas didáticas acerca das diversas temáticas possíveis de inserir o contexto regional.

Rüsen argumenta que o desafio metodológico da pesquisa da consciência histórica começa a ser enfrentado com a elaboração de modelos teóricos. Afinal, a boa pesquisa começa pela boa pergunta, que traz implícita uma teoria sobre a importância de ter consciência. (Cerri, 2011, p. 45-46).

Dessa forma, a pesquisa busca responder à seguinte questão: como a historiografia sobre a ditadura civil-militar em Sergipe pode contribuir para a elaboração de uma sequência didática que fortaleça o ensino de História nos estudantes do ensino médio?

O trabalho está organizado em três capítulos que visam auxiliar o professor na aplicação da sequência didática. Inicialmente, a primeira abordagem decorre acerca da História local e o Ensino de História, apresentando a renovação da história promovida pelos fundamentos da Escola dos Annales, destacando que essa corrente rompe com a história tradicional, apresentando em seguida o conceito de história local, permitindo compreender como fenômenos nacionais e mundiais se manifestam em contextos específicos, ressaltando o caráter interdisciplinar presente nessa abordagem, e por fim, a importância da história local para o ensino de história, e os desafios para a efetivação dessa abordagem e como ela está alocada na BNCC e no Currículo de Sergipe.

Em seguida, o capítulo acerca da historiografia sobre a ditadura civil militar em Sergipe, foi construído, evidenciando que o estado participou ativamente dos processos de repressão, resistência e controle político, abordando temáticas que comprovam essa análise, por meio da reconstrução dos primeiros dias do golpe utilizando as contribuições de Ibarê Dantas e o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade, em seguida são apresentadas ideias sobre a imprensa, o movimento estudantil, a produção

cultural e a operação cajueiro como um caminho para se compreender a ditadura civil-militar em Sergipe.

Por fim, o capítulo final é dedicado a apresentar o conceito da sequência didática como estratégia de ensino, apresentando um recurso a ser utilizado pelo professor de história em sua aula, onde a prática apresenta um compilado de referências amplas e interdisciplinares para aguçar a investigação por meio de fontes, que promovem o pensar histórico articulando à realidade dos estudantes.

2. A HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

A história enquanto ciência passa por variados processos de readaptação de acordo com quem a analisa e em qual período está sendo investigada. Desse modo, as transformações sociais deixam vestígios no meio com o qual modelos são questionados e reinterpretados, o resultado desta evidência se materializa na então *Escola dos Annales*, incorporada em uma revista, originando-se na França, no ano de 1929, sendo uma insatisfação às raízes da historiografia tradicional, circunstância determinante a respeito das influências referente ao questionamento dos modelos ligados aos métodos, objetos e abordagens históricas, onde

essa renovação historiográfica ganhou território amplo nas pesquisas em décadas posteriores, abrindo caminhos para o surgimento da chamada Nova História. Esta corrente historiográfica vem propor um novo jeito de “fazer a história”, começando por atribuir protagonismo aos sujeitos, antes ocultos pela narrativa histórica das grandes sínteses, tornando possíveis as investigações voltadas para as particularidades regionais e locais (Ferreira; Curry, 2018, p.2).

Nesse viés, o modelo de atualização da escrita histórica girava em torno das propostas acerca da história no eixo das atividades humanas, determinada *Nova História*, ou seja, o rompimento das abordagens tradicionais, desfocando dos fatos políticos, da proposta de narrativa sujeita pelos grupos dominantes, tendo sobretudo como objeto de análise as atividades cotidianas, correlacionando a interdisciplinaridade, possibilitando o diálogo dentre diversas vertentes.

Desse modo, entrelaçando os diferentes eixos que introduzem uma dinâmica pautada aos aspectos das práticas culturais, a partir de um questionamento, esse desenvolvido sob uma ótica capaz de revelar dimensões sociais, constantemente inviabilizadas por uma narrativa tradicional. Diante disso, a renovação historiográfica promovida pelos Annales deu origem a análises que abordam espaços locais e dinâmicas regionais (Pereira; Cardoso, 2026, p. 131), no qual

novos olhares foram lançados sobre os conceitos de região, espaço e territorialidade, permitindo que historiadores analisassem o macro e o microespaço simultaneamente. Isso ampliou a compreensão das dinâmicas locais e

possibilitou investigações sobre populações e comunidades específicas, revelando detalhes antes invisibilizados pelas narrativas nacionais (Pereira; Cardoso, 2026, p. 131).

Fazer/ensinar/estudar história local pressupõe tomá-la como objeto do conhecimento ou como o lugar de onde partem os conhecimentos (Costa, p. 132). Logo, o desenvolver dessa modalidade de investigação não atribui-se meramente como mais uma aba investigativa, mas como diversos meios de análises e reconsiderações acerca dos temas estudados, rompendo a linearidade de fatos alicerçados a narrativas dominantes e de recortes espaciais focados apenas no global. A proposta da história local é viabilizar os sujeitos e os espaços que foram ocultados ao longo de diversos períodos, e situá-los enquanto agentes produtores do conhecimento histórico.

Evidencia-se a ideia que nenhum local está isolado do todo, relacionando-se habitualmente com a história do mundo, sofrendo constantes influências, havendo um diálogo, entre micro e macro, ou seja, considerando que acontecimentos mundiais impactam espaços locais, como enfatiza o historiador José D’Assunção Barros sobre o fato de que uma história possa ser compreendida como “história local” não exclui a possibilidade de que esta mesma história se refira a uma “totalidade” (Barros, 2009, p. 5). Ou seja,

o objeto constituído pelo historiador pode exigir que ele quebre uma determinada unidade geo-política, que misture o pedaço de uma com o pedaço de outra, se formos pensar na comparação entre as “regiões” e “localidades” que são construídas pelos historiadores e outras que atendem a propósitos políticos, administrativos, geofísicos (Barros, 2009, p. 6).

Portanto, o local ajuda na compreensão do global e o global influencia o local, resultando em uma compreensão histórica ampla, crítica e próxima da realidade social.

A relação entre história local e interdisciplinaridade ocorre, pois são necessários diversos olhares para compreensão do objeto analisado, dialogando com diferentes áreas do conhecimento, ou seja, a vinculação de variados campos de estudos visando o debate estruturado, pois a compreensão não se limita apenas a análises de eventos históricos, ao contrário, abrange a inter-relação com diferentes áreas do conhecimento, permitindo a análise ampla do objeto estudado.

A interdisciplinaridade nesse contexto, consiste na proposta conectiva de variadas disciplinas, visando estabelecer uma articulação baseadas em um mesmo tema, sendo a interdisciplinaridade uma metodologia importante no currículo escolar e, portanto, um instrumento (Magalhães; Almeida, 2019, p.2) que pode ser utilizado de maneira positiva nos estudos do conteúdo.

Ao ter como objeto de investigação a história local, o pesquisador tende a interagir com conceitos ligados a geografia, antropologia, literatura, economia, política dentre outras áreas que complementam e validam a vertente abordada, resultando na análise referente ao conhecimento sobre determinada temática, de forma integrada e inclusive com envergadura suficiente para fazer com que o aluno se torne mais politizado e carregado de subsídios para atingir a cidadania (Magalhães; Almeida, 2019, p.4). Por conseguinte, o método interdisciplinar possibilitará uma visão menos fragmentada da cultura local construindo assim cidadãos que possuam identidade e sentimento de pertença propiciando a união de todos para a formação de uma sociedade ativa e participativa (Magalhães; Almeida, 2019, p.5).

A autora Circe Bittencourt dialoga de maneira consistente através da necessidade do cultivo da perspectiva social, visto que, a mesma enfatiza a introdução da história do cotidiano como objeto de estudo requer que se explore as possibilidades inerentes do cotidiano, sem se limitar a constatar o “real” ou as motivações possíveis para alunos pouco sensibilizados com a história escolar mais tradicional (2008, p. 168). Ou seja, a desmotivação por parte do estudante é algo presente no ensino de história, pelo distanciamento de evidências que possam ser relacionadas por eles, desse modo a autora enfatiza de forma mais consistente, de maneira que o cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação (2008, p.168). Desse modo, o cotidiano não é apenas uma repetição, é a fonte primária a ser explorada sobretudo ao âmbito relacionado às camadas sociais, a separação de classes, ao preconceito enraizado nas massas, dentre outros fatores que devem ser tratados de forma crítica, pois até a forma com a qual o indivíduo dialoga seja por meio de gírias ou sotaque está relacionado a uma estrutura histórica, seja ela de colonização, imposição ou heranças ancestrais.

Nesse contexto de mudanças, o ensino da história local ganhou espaço entre os conteúdos da disciplina e no contexto de sala de aula como uma estratégia capaz de ajudar na formação histórica do aluno (Lima, 2018, p.2). Ou seja, a abordagem local proporciona uma experiência singular na qualificação, pois vincula ao ensino a uma realidade vivida por aquele sujeito. Ao introduzir no processo de ensino categorias como o bairro, a cidade, o estado, o nome de uma rua, dentre outros objetos passíveis de análise local, induzindo o estudante a visualizar a história como algo significativo, pois ele passa a compreender que faz parte dos processos históricos.

Nesse sentido, a dinâmica vai além do simples fato de ensinar ou contextualizar fatos ou curiosidades sobre a região em que vive, o ensino da história local atua como instrumento de construção de uma consciência histórica, proporcionando ao estudante reconhecer-se enquanto sujeito histórico, inserido em uma coletividade detentora de memória, de lugar de fala e de cultura.

Como enfatizam os autores Pereira e Cardoso as abordagens que envolvem o cotidiano dos alunos podem ajudar os professores a tornarem as aulas de história mais interativas e participativas, incentivando a discussão em grupo, o debate e a pesquisa de campo, por meio do envolvimento com locais de memórias ao redor da comunidade, propondo atividades de visitação de museus, um tour pelos patrimônios históricos locais, entrevista com familiares e a investigação da história de sua comunidade. Tais práticas pedagógicas ajudam a construir um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e envolvente, no qual as experiências e conhecimentos dos estudantes são valorizados e utilizados como ponto de partida.

Em suma, a consciência histórica é um aparato fundamental para a construção do indivíduo atuante em sua comunidade, desse modo, o historiador Luis Fernando Cerri aborda esse conceito mediante a perspectiva do ensino prático.

O autor estabelece três competências formadoras da narrativas históricas nas quais norteiam as dinâmicas a serem atingidas em sala de aula. A primeira competência se baseia na experiência referente a aprender a olhar o passado e resgatar sua qualidade temporal, diferenciando-o do passado e do futuro (Cerri, 2011, p.122). Ou seja, os conhecimentos prévios, o aproveitamento das experiências dos alunos visando resgatar o passado como uma proposta de estabelecer um equilíbrio entre a subjetividade e a cientificidade, levando em consideração que esse sujeito não é uma tábula rasa, ou seja inerente de um saber

prévio àquele visto em sala de aula, ao contrário, o arcabouço introduzido a esses alunos por vivências fora dos muros da instituição, é a chave para o processo analítico de um ensino-aprendizagem significativo e consequentemente, pertencente.

A segunda habilidade é denominada por Rüssen de interpretação, onde consiste na capacidade de desenvolver e aprimorar constantemente uma “filosofia da História”, uma concepção e uma atribuição de significados ao todo temporal (Cerri, 2011, p. 122), em suma se resume ao processo de apropriação e constituição de sentido histórico, a atribuição dos sentidos as experiências dos alunos, habilidade esta será articulada por meio da condução do docente.

Enfim, a última competência se desenvolve na esfera da orientação, definida também por letramento histórico, é nesse processo onde se estabelece a consciência histórica na sua base sólida, é quando o estudante transforma o conceito em algo prático. Não basta conhecer fatos e processos históricos; é preciso ter capacidade de interpretar o tempo e usar esse conhecimento para a própria vida (Cerri, 2011, p.123). Dessa forma, estabelece a compreensão do papel do indivíduo enquanto sujeito histórico, a conquista de uma identidade histórica, reforçando a perspectiva da necessidade em estabelecer nesse aluno um olhar crítico ao seu papel na sociedade, não apenas um sujeito passivo de um conhecimento distante, ou contrário, sua participação é fundamental na construção de raízes, sobretudo em seu local afetivo.

Assim sendo, é visível todas as contribuições positivas em diferentes camadas sociais e acadêmicas proporcionadas por meio da abordagem da história local. Entretanto, apesar desse suporte, existem alguns desafios que dificultam sua aplicabilidade e efetivação no ensino, esses obstáculos permeiam tanto o cenário formativo, como o metodológico e o curricular.

Sendo assim, um desses desafios efetiva-se com a formação acadêmica do docente, ainda alicerçada em um contexto do olhar a partir das grandes figuras, tendo como consequência o limitado recurso metodológico sobre como pesquisar e interpretar as evidências históricas do próprio local de atuação, onde o mesmo poderá cometer o erro de reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades (Bittencourt, 2008, p.169). Assim sendo,

Isso nos leva a pensar que o trabalho com essa temática exige do professor um bom nível de formação na área para que seja capaz de conduzir as atividades de forma contextualizada. Em primeiro lugar precisa ter consciência de que não se pode estudar o local como um fim em si mesmo, sem que esteja interligado no tempo e no espaço com as dimensões regional, nacional e até mundial. Em segundo lugar é imprescindível que ele possua uma base teórica e metodológica consistente. Pois, sem essa base o máximo que ele conseguirá fazer é a pura e simples transmissão de informações vazias e desconexas, que certamente serão incapazes de possibilitar ao aluno uma compreensão histórica daquilo que lhe foi repassado (Lima; Cavalcante, 2018, p.784).

É preciso que o professor identifique, reconheça e valorize esses lugares como potenciais a serem explorados a favor de uma aprendizagem inovadora. Desse modo, como enfatiza Lima e Cavalcante (2018) o trabalho do professor em sala de aula com a história local deve ser permeado por um conjunto de atividades que possibilite ao aluno desenvolver alguns objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCNs, 1997) tais como: Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços; reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e com outras comunidades, próximas ou distantes, no tempo e no espaço e questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções (Lima; Cavalcante, 2018, p.788). Desse modo, estratégias para desviar de uma abordagem etnocêntrica e colonizadora viabiliza-se por meio da formação continuada, onde por meio de oficinas, cursos, rodas de conversas, projetos de extensão possam auxiliar na construção de novas técnicas pedagógicas aplicáveis pensando no desenvolvimento da realidade local.

Adiante, os recursos disponibilizados pela instituição a exemplo do livro didático, é uma ferramenta importante em alguns cenários, porém quando utilizado apenas como única fonte, torna-se o vilão, visto que, permanências de narrativas pautadas em visões gerais, dominadoras, ainda são presentes nos livros didáticos, sobretudo na disciplina de História, tratando os temas de forma “enxuta”, e somente com evidências gerais, sem trabalhar com as especificidades do contexto local.

Nesse sentido, é possível complementar o aprendizado por meio de outras estratégias, a exemplo da construção do diálogo entre comunidade e escola, possibilitando o acesso dos estudantes em espaços que os conectem de forma profunda com o local, assim sendo, a contribuição da comunidade se firma a partir de memórias, tradições, patrimônios culturais, fotografia, dentre outras possibilidades, onde esse conhecimento não se encontra, ou raramente está presente no livro didático. Desse modo, a apropriação de espaços presentes no cotidiano dos alunos trazem uma perspectiva ímpar ao processo de ensino-aprendizagem, assim sendo,

A História Local é sobretudo construção, o trabalho didático/pedagógico com esta exige pesquisa (busca, inquietação, curiosidade), a pesquisa nos conduz aos documentos (todos os registros e marcas deixadas pelo homem), o encontro com as fontes traz outras exigências para professores e alunos, selecionar, sistematizar e aprender a problematizar (Maia; Sousa; Sá, 2021, p.5).

Em consonâncias aos aspectos abordados, salienta-se a referência na qual torna-se embasamento pela efetivação dos múltiplos conceitos, práticas e evidências citados que regem tanto o ensino de história, como a história local e até mesmo a consciência histórica, seja voltado para o docente ou para o aluno, este meio se materializa na Base Nacional Comum Curricular, sendo este um documento de caráter normativo com um conjunto de orientações e recomendações que normatiza a condução do que deve ser ensinado, sugerindo para estudantes e professores as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas nessa etapa do Ensino Básico (Maia; Sousa; Sá, 2021, p.3). Ou seja, um auxiliador no que se refere propostas e segmentos a serem definidos e executados pensando nos meios para a efetivação das diretrizes aplicáveis fundamentadas nas concepções de desenvolvimento de habilidades e competências em que alunos precisarão ser estimulados a desenvolver, visando contribuir para a formação de cidadãos críticos, participativos e preparados para atuar na sociedade.

Assim sendo, a BNCC trabalha com a divisão entre ensino fundamental, sendo a disciplina história trabalhada de forma individual, e o ensino médio, atribuindo a por áreas de conhecimentos, sendo a disciplina história presente na área de ciências humanas e sociais aplicadas, porém há uma presença e interdisciplinaridade entre Filosofia, Sociologia e Geografia. Portanto, sua estrutura baseia-se a uma continuidade, inicialmente trabalhando

aos aspectos voltados aos quais contemplam o Ensino Fundamental, a BNCC se concentra nos processos de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas (Brasil, 2018, p. 561), pois

A BNCC de História no Ensino Fundamental (BNCC, 2018, p. 398), ao sinalizar o ensino do componente, propõe a “utilização de diferentes fontes e tipos de documentos”. Sabe-se que o uso da documentação na produção do conhecimento histórico é fundamental e necessário, não se produz história sem fontes. No entanto, no Ensino Fundamental essa tarefa é complexa e delicada, pois o objetivo deste não é formar pequenos historiadores, mas possibilitar a construção do pensamento histórico, da consciência histórica e formação cidadã e humana (Maia; Sousa; Sá, 2021, p.4).

Nesse sentido, no Ensino Médio dada a maior capacidade cognitiva dos jovens, que lhes permite ampliar seu repertório conceitual e sua capacidade de articular informações e conhecimentos (Brasil, 2018, p.561) são exigidos compreensões mais complexas, visto que, há uma progressão no que se diz respeito ao amadurecimento das habilidades e competências iniciais. Desse modo, as abordagens ao longo do ensino básico são pensadas para o desenvolvimento funcional das etapas de aprendizagem, sinalizando a presença do segmento da história local, mesmo que de forma implícita.

Carla Oliveira (2021), afirma que os conteúdos apresentados em sala de aula na educação básica, pensando especificamente na disciplina de história, passam por um complexo processo de seleção e adaptação aos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), ao documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por fim, aos currículos municipais e estaduais (Cabral; Oliveira, 2024, p.48).

Ademais, instituída em 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional foi fundamental para a construção tanto da Base Nacional Comum Curricular, como dos currículos estaduais, pois a mesma organiza e regulamenta todo o sistema educacional brasileiro, assim sendo, no Art. 26. institui que “Os currículos da educação infantil, do

ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.”(BRASIL, 1996). Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado (Brasil, 2018, p.11).

Ao abordar as Competências específicas de ciências humanas e sociais aplicadas para o ensino médio, ao total são seis e todas elas contemplam as quatro disciplinas: História, Geografia, Sociologia e Filosofia, a depender da abordagem que o docente busca desenvolver, desse modo, a primeira competência sinaliza com precisão a presença do espaço para a discussão da História Local, visto que, a mesma pretende

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (Brasil, 2018, p.570).

Desse modo, a competência abrange uma perspectiva de espaço a ser trabalhado sobre a temática, seguindo os preceitos de uma história que não está deslocada do cenário maior, mas como uma parte essencial a ser trabalhada, tendo em vista, as ferramentas existentes para essa análise. Portanto, a Base Nacional Comum Curricular incentiva a aplicação da compreensão dos processos históricos, contudo, sua abordagem é centrada numa visão abrangente, ou seja, uma padronização usada por todo território brasileiro, resultando em lacunas voltas as especificidades a serem trabalhadas, pensando por exemplo ao abordar temáticas voltadas a revoluções, percepções culturais, momentos de transformações políticas e conceituais, enfatizar apenas as narrativas gerais.

Desse modo, pensando nessas lacunas que insere o documento voltado às especificidades de cada localidade, os estados iniciaram um plano de trabalho com foco na pactuação entre as redes de ensino, públicas e privada, com o objetivo de integrá-las na (re) elaboração dos currículos, assegurando os direitos de aprendizagens e as competências gerais contempladas na BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (Sergipe, 2018,

p.8). Portanto, as especificidades do nosso Estado devem ser alçadas como ponto de partida para um projeto educativo, que promova às novas gerações de sergipanos a conquista de conhecimentos socialmente úteis para os contextos de vida nos quais estão inseridos (Sergipe, 2018, p.32) localizadas no Currículo de Sergipe.

Desse modo, o currículo é fragmentado nas abordagens dos anos iniciais, e em seguida dos finais, o ensino médio. Pensando no que rege os princípios iniciais, o currículo tem como base reafirmar a identidade das crianças como sujeitos históricos e de direitos que passam por processos de aprendizagem de acordo com as especificidades do seu desenvolvimento (Sergipe, 2018,p.32). Pensando na proposta voltada ao ensino de história, ampara as propostas de valorização do local,

O Componente considera a estrutura mínima da Base Nacional Comum Curricular, com acréscimos definidos por professores de História do Estado e especialistas da área. Nesse sentido o organizador curricular está dividido em quatro colunas ordenadas por anos, unidades temáticas, objetos de conhecimento, especificação dos objetos de conhecimento e habilidades, essas últimas identificadas por códigos alfanuméricos, em progressão gradativa, respeitando o tempo de aprendizagem, acrescidos de saberes que permitam acompanhar as constantes reelaborações de conceitos e saberes históricos, em movimento pendular que considera os lugares e os sujeitos da história, em escalas local e global (Sergipe, 2018 p.431).

Nesse sentido, o currículo incorpora propostas sobretudo nas habilidades que norteiam o docente a inserir o aluno enquanto protagonista do modo de ensinar e aprender, introduzindo noções próximas a realidade, a exemplo da habilidade trabalhada na unidade temática “A comunidade e seus registros”, onde valida, (EF02HI03) Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória, resgatando a história da comunidade local. (Sergipe, 2018, p.447). Ao se pensar nas propostas voltadas às pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município, o currículo aplica a habilidade de (EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam sua cidade, Sergipe e o Nordeste, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc (Sergipe, 2018, p.450). Porém, o

documento não deixa apenas em aberto, sinalizando especificidades do nosso estado a serem trabalhadas em (EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas e dos remanescentes de quilombos, indígenas (a exemplo dos Xocós) e de migrantes (Sergipe, 2018, p. 450).

Pensando na metodologia onde os espaços cotidianos devem ser inseridas no cenário a ser estudado a unidade temática voltada a “A noção de espaço público e privado”, toma como habilidade a proposta de (EF03HI09) Conhecer e mapear os espaços públicos no lugar em que vive (ruas, praças, escolas, hospitais, prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores etc.) e identificar suas funções (Sergipe, 2018, p.451). Assim como, (EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história sergipana e nordestina até 1954, como a revolta de Fausto Cardoso (1906), o movimento de 13 de julho (Sergipe, 2018, p. 475), e até mesmo (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar e compreender a deposição do governador sergipano Seixas Dória a partir da resistência ao golpe de 1964 (Sergipe, 2018, p.479).

Portanto, confirma-se a presença da ênfase de pertencimento, do sujeito enquanto protagonista e dos espaços e grupos sociais a serem valorizados. Vale ressaltar que não são todas as temáticas e habilidades que dispõem de espaços para ser trabalhada no cenário local, porém isso não impede do docente inseri-las em sua aula. Outra lacuna evidente no currículo é a ausência de fontes a serem referenciadas, discutidas e possíveis de serem aplicadas em sala de aula, o professor, sobretudo na área de história se torna imprescindível a presença do referencial, visando construir e dialogar discussões fundamentadas. Nesse viés, os anos iniciais carregam consigo esse ideal de construções locais, diferentemente do currículo voltado ao ensino médio, este elaborado posteriormente.

Logo, o Currículo de Sergipe foi elaborado em consonância com a nova realidade do Novo Ensino Médio no Brasil, considerando as especificidades da nossa região, estado, sempre posicionando nossos estudantes no centro do processo e das escolhas (Sergipe, 2022,p.21). O referenciado segue uma vertente contrária aos princípios do currículo voltado ao ensino fundamental, onde no ensino médio, é tido como base atender às demandas dos nossos

estudantes, este currículo propõe linhas de conhecimentos que os possibilitem prosseguir seus estudos, sua formação integral e sua inserção no mundo do trabalho ou no nível superior, se este for seu projeto de vida (Sergipe, 2022, p.18).Desse modo, deixando de lado as discussões acerca do modo de pensar o ensino-aprendizagem enquanto uma ferramenta a ser explorada entre docente e discente, permeando em locais pertencentes.

Ao analisar o capítulo voltado a área das ciências humanas, especificamente a história, todo o corpo do texto se fundamenta em uma abordagem voltada à formação da consciência histórica, onde, no ensino médio, a consciência histórica encaminha-se para a compreensão da dimensão do outro como diferente. O outro tem um passado comum a nós e diferente, nem inferior e nem superior, o que nos remete para nossas próprias construções identitárias (Sergipe, 2022, p.142), porém sendo enfatizada de forma neutra e abrangente. Em consonância, o currículo destaca minimamente a proposta do ensino da história local, onde remete a

compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas; e a prática da sustentabilidade ambiental, o Estado de Sergipe apresenta sua contribuição a educação brasileira, elaborando um currículo que prioriza as diferenças regionais e as particularidades da sociedade sergipana (Sergipe, 2023, p.143).

Contudo, ao analisar o organizador curricular a diferença é marcante, visto que, não há um diálogo entre abordagens mundial, nacional e sobretudo local, as atribuições são fechadas a história dominante, onde as temáticas aparentam ser uma cópia do que evidência na Base Nacional Comum Curricular, de forma abrangente. Contudo, um currículo que enfatiza as especificidades da região, deixa de lado o que é essencial para atender a demanda desses estudantes, a continuidade do que é proposto no ensino fundamental, a valorização das ferramentas ao entorno enquanto prática pedagógica, visando formar cidadãos compostos por conhecimentos que valorizem o todo e sobretudo o que é seu,

Portanto, é notável as lacunas presentes ao se dedicar a uma didática singular do ensino de história, porém o docente possui uma autonomia de recursos a serem trabalhados de acordo com a temática planejada durante o semestre, ressalta-se que as abordagens da história geral são essenciais na constituição de um sujeito crítico, contudo a conexão entre as

particularidades transmite uma disciplina significativa, uma história interligada ao papel de dar sentido ao que é estudado.

3. A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR EM SERGIPE

A produção historiográfica especificamente no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), por muito tempo, privilegiou acontecimentos ocorridos nos grandes centros políticos, econômicos e culturais do país, especialmente nos limites do Rio de Janeiro e São Paulo. Embora esse direcionamento tenha sido fundamental para a compreensão do regime autoritário, ele também contribuiu para que as experiências vivenciadas em diferentes regiões do Brasil permanecessem em segundo plano, contribuindo para a percepção de que as principais temáticas de repressão, vigilância e controle político se concentraram nesses espaços, enquanto as dinâmicas ocorridas em outros ambientes encontram-se menos investigadas

Nessa perspectiva, de acordo com o historiador Carlos Fico (2004), a abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente, visto que os estudos produzidos por historiadores utilizam de recursos como pesquisa em arquivos, análise crítica de documentos e confronto de diferentes fontes, ou seja, o estudo antes de ser consolidado ao campo da história, eram discutidos quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos e narrados pelos próprios partícipes (Fico, 2004, p.31).

Segundo Fico (2004), essa primeira fase foi marcada por dois gêneros de produção, o primeiro corresponde aos estudos referente a politologia, inspirados sobretudo na vertente norte-americana da ciência política, muitos estudiosos buscaram explicar e classificar, em termos quase nominalistas, as crises militares de países como o Brasil (Fico, 2004, p. 31).

Já o segundo gênero predominante no que poderia ser caracterizado como primeira fase dos estudos sobre o período foi a memorialística, que constitui o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, alguma das quais se revelariam mitos ou estereótipos (Fico, 2004, p. 31), nesse viés, o modelo limitou a compreensão das especificidades do evento histórico, de modo que, esses estudos estavam privilegiando temáticas e acontecimentos restritos, essa centralização criou a impressão de que o regime militar ocorreu de forma homogênea em todo o país.

Nesse sentido, a ditadura civil-militar brasileira constituiu um projeto de alcance nacional, cujas formas de implementação variaram de acordo com as especificidades

políticas, sociais e institucionais, à margem, porém, dessas questões, ficou na sombra, pelo menos no caso do Brasil, como o regime autoritário implantou-se, reproduziu-se e declinou nas diversas unidades federativas. Ou seja, como ele realizou-se em diversos estados (Dantas, 2014, p. 13).

Com isso, a produção historiográfica que marcou a nova fase de estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira possui suas particularidades, boa parte dela foi feita no contexto da chegada da “Nova História” ao país (Fico, 2004, p.39), ou seja, os historiadores começam a utilizar novas abordagens, direcionando o foco para outros objetos e metodologias, descentralizando de grandes acontecimentos políticos, econômicos e de poder, investigando agora

uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade”, sua “trajetória de vida” etc., opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures (Fico, 2004, p.40).

Nesse contexto, examinando o deslocamento da historiografia de análises centradas em acontecimentos de caráter geral para estudos voltados às especificidades regionais, Sergipe configura-se como um espaço propício para esse estudo. Por mais distante que seja dos principais centros políticos do país, o estado não ficou de fora das políticas de vigilância, da repressão, do controle implementado pelo regime autoritário, da produção cultural, de sujeitos atuantes no evento histórico, assim como nas demais esferas que constituem o cenário da época.

Analisar essa realidade possibilita compreender como a ditadura civil-militar se materializou no contexto sergipano, observando perspectivas produzidas evidenciando suas particularidades e as interpretações historiográficas produzidas referentes a esse processo.

A compreensão dessa realidade demanda a análise de diferentes perspectivas pelas quais a sociedade sergipana vivenciou o processo de instauração da ditadura civil-militar. Nesse sentido, os estudos de Ibarê Dantas (2014), e o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (2020), constituem

referências fundamentais para compreender os impactos dos acontecimentos de 31 de março e 1 de abril de 1964 em Sergipe, e dialogam entre si. Ambas as obras dedicam uma seção específica destinada à análise da chegada do golpe e ao estado e dos efeitos sentidos pelos sergipanos desde os primeiros dias da ruptura democrática.

O relatório final da Comissão Estadual da Verdade (2020), narra que na noite de 31 de março de 1964 circulavam, em Sergipe, notícias sobre a movimentação de militares pró-deposição de Jango pelo Brasil. A tropa que integrava o 28º Batalhão de Caçadores, permanecia de plantão e em permanente contato com o comando superior, enquanto isso, trabalhadores, militantes de entidades sindicais e políticos se reuniram fazendo avaliação do rumo dos acontecimentos. Os mais identificados com o conservadorismo torciam pela intervenção militar, os de esquerda em geral, resistiam a acreditar em mudança institucional (Dantas, 2014, p.21).

Os primeiros momentos do golpe alteraram a rotina dos sergipanos. O centro da capital encontrava-se praticamente parado. Os mercados municipais e lojas do centro aracajuano tiveram suas portas fechadas e seus produtos recolhidos pelos comerciantes, deixando grande parte da população sem abastecimento (CEV, 2020, p. 137).

Ou seja, essa reação evidencia o impacto do golpe que excede o núcleo político, alterando de forma imediata o cotidiano da capital aracajuana, resultando em um ambiente de insegurança.

Por conseguinte, com as atividades diárias rompidas pela ação militar, a população seguiu pela rua João Pessoa em direção à Praça Fausto Cardoso em busca de informações, formando uma aglomeração de pessoas na região central de Aracaju (CEV, 2020, p.138). Em meio a aglomeração humana, formada em frente ao Palácio do governo, o deputado federal Euvaldo Diniz (UDN) começou a discursar, mas logo foi preso (Dantas, 2014, p.21), sua manifestação foi contra o recém iniciado golpe militar, contudo foi detido pelas tropas militares, provocando perplexidade.

Segundo o jornal da Gazeta de Sergipe, nesse mesmo dia ocorreu uma passeata de trabalhadores, partindo do bairro industrial em direção ao centro de Aracaju (CEV, 2020, p.138), em frente ao clube do Trabalhador, também era detido o delegado regional

do trabalho ao participar de passeata (Dantas, 2014,p.21), sendo esses ocorridos intervindo pelo Major Francisco Rodrigues da Silveira, comandante do 28º Batalhão de Caçadores.

Contudo, a resistência não se limitou apenas a capital, visto que, os municípios adjacentes ao centro da cidade também sentiram o impacto, pois como destaca o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade (2020), ainda no dia 1º de abril, focos de resistência foram identificados no município de Propriá/SE, o prefeito coligado ao Partido Republicano Trabalhista, Geraldo Maia, decreta feriado e articula para que os operários de tecelagem se mobilizassem, nesse sentido, os proletários se aglutinaram em frente a casa do prefeito, onde o mesmo discursou com intuito de fazer com que os trabalhadores não retornassem ao serviço naquele dia.

Os efeitos do golpe estavam sendo introduzidos aos poucos, podendo-se considerar um dos atos de consolidação do novo regime em Sergipe, a prisão do governador João de Seixas Dória, natural de Propriá, o mesmo desembarca em sua terra natal ainda na noite do dia 01 de abril, comunicando ao povo sergipano sua disposição de continuar na luta pelas reformas de base defendida por João Goulart através do pronunciamento na Rádio Difusora. (CNV, 2020, p.138).

Porém, seus esforços foram rapidamente silenciados. Às quatro da manhã, do dia 2 de abril, Dória, governador legitimamente eleito pelo povo sergipano, foi preso por militares dentro do Palácio Olímpio Campos, em Aracaju, e conduzido ao 19º BC, localizado em Salvador (CNV, 2020,p.138), sendo transferido para a ilha de Fernando de Noronha, e liberado apenas em agosto de 1964, ficando 117 dias presos.

Os acontecimentos envolvendo João de Seixas Dória, evidenciam que a consolidação do golpe em Sergipe ocorreu de maneira rápida e articulada. Embora o governador tenha buscado mobilizar a população em defesa da legalidade constitucional, seu pronunciamento demonstra uma tentativa de resistência que encontrou pouco espaço diante do avanço das forças militares.

A prisão de um governador legitimamente eleito pelo voto popular, representa mais do que um evento isolado, simboliza o rompimento da ordem democrática e a imposição do novo regime sobre as instituições estaduais.

Por conseguinte, a partir do dia 2 de abril, às prisões agravaram-se, lideranças sindicais, estudantes, funcionários públicos, jornalistas, professores, operários e trabalhadores rurais estavam sendo punidos, sem ordem judicial. Ser levado para colina do bairro 18 do forte, onde estava situado o Quartel do 28º BC, tornou-se ameaça atemorizadora para todos os participantes da mobilização pública do Estado populista, (Dantas, 2014, p. 35).

Sob essa perspectiva, os acontecimentos ocorridos nos primeiros dias após o golpe demonstram que Sergipe estava plenamente inserido no projeto autoritário nacional. A reação de diferentes setores da sociedade sergipana evidencia que o estado não permaneceu à margem da transformação política desencadeada em 1964, mas participou, à sua maneira, das tensões que marcam a consolidação do novo regime. A partir desse momento configura-se uma nova fase da história política brasileira, caracterizada pela tutela militar marcada pela superposição do poder militar sobre o civil (Dantas, 2014, p.21).

Os estudos sobre a ditadura civil militar em Sergipe, estruturam-se predominantemente, a partir de eixos temáticos que contemplam diferentes objetos e perspectivas de investigação. As pesquisas abordam o período mediante a análise dos meios de comunicação, a exemplo de jornais, rádios, periódicos, da atuação de agentes políticos, civis, intelectuais, bem como das dinâmicas de repressão, resistência, vigilância e mobilização social.

Dessa forma, a produção historiográfica não se limita a apresentar uma narrativa cronológica dos acontecimentos, mas busca evidenciar as complexidades das relações políticas, sociais e culturais que marcaram o regime autoritário no estado, ressaltando a multiplicidade de experiências, atores e processos que se desenvolvem ao longo desse período, com destaque ao que se era divulgado para a população enquanto uma verdade a ser imposta e aqueles que refutavam.

Nesse sentido, teses, dissertações, trabalhos acadêmicos como um todo cumprem esse papel de análise, possibilitando realizar um apanhado dessas modalidades, é válido evidenciar a partir de Ibarê Dantas (2014) os meios de divulgação que estavam em atividade em Aracaju, no início da contrarrevolução, havia um jornal diário (Gazeta de Sergipe), um jornal semanal (Folha Popular), um periódico da UDN (Correio de Aracaju), e o Diário Oficial do Estado de Sergipe.

Portanto, Mayra Ferreira Barreto (2020), em sua dissertação intitulada “Abordagens temáticas da ditadura civil-militar no jornal “Gazeta de Sergipe” (1968-1978)”, tem como princípio apresentar, a partir de sua pesquisa reflexões a respeito da utilização de uma ferramenta de divulgação em massa, como fonte para o ensino de história, contribuindo para a construção de novas interpretações acerca da historiografia local.

Ao utilizar a Gazeta de Sergipe como fonte histórica e recurso didático, a autora evidência que a imprensa local constitui um importante espaço para compreender a circulação dos discursos legitimadores do regime militar, permitindo ampliar a compreensão da historiografia sobre a ditadura civil-militar em Sergipe.

O produto final do seu trabalho resulta na produção de um caderno de atividades, com propostas e roteiros a serem exploradas e utilizadas pelos estudantes com a ajuda do professor, utilizando uma linguagem predominantemente imagética para representar de forma complexa o potencial da sua fonte utilizada.

A Gazeta de Sergipe foi um periódico diário que circulou na capital sergipana entre os anos de 1953 e 2003 (Barreto, 2020, p.33), localizada na avenida Rio Branco, nº 310, no centro da capital Aracaju, ali estava alocada a redação do jornal, fundada pelo jornalista Orlando Vieira Dantas, natural do município de Capela/SE, o referido foi uma personalidade de grande influência na sociedade sergipana, devido às atividades que exerceu durante sua vida como jornalista, intelectual, usineiro e deputado estadual e federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) (Barreto, 2020, p. 33).

O papel desse meio de comunicação abrangia aspectos voltados às pendências sociais, a exemplo de crimes, roubos, prisões, queixas da população sergipana, denúncias de corrupção, e demais. Diante disso, as denúncias apresentadas se restringiam a divulgações ao governo ou autoridades locais, devido sua dependência de financiamentos e incentivos do governo. Nesse sentido, por ser um canal de fácil acesso,

Durante toda a ditadura os militares passaram a controlar, por meio da censura nas redações dos jornais, as informações que eram divulgadas pela imprensa, com o objetivo de impedir a publicação de críticas desfavoráveis ao regime e assim angariar o apoio popular (Barreto, 2020, p.37).

Em consequência, a Gazeta de Sergipe esteve submetida a duas modalidades de censura: a autocensura, exercida pelos jornalistas e editores diante do receio de represálias e a censura prévia, realizada por agentes vinculados ao regime militar antes da publicação das matérias.

Nessa perspectiva, além da censura e dos fechamentos dos jornais, inúmeras medidas repressivas eram aplicadas à imprensa: prisões e perseguições jornalistas, perda dos seus direitos políticos, invasão e destruição de maquinário, ataque de bombas às bancas de jornais (Barreto, 2020, p.38), devido a esses fatores, como maneira de evitar tais atos, muitos jornais escolhiam propagar a ideologia que era difundida acerca dos valores do regime militar.

Dessa forma, Barreto (2020) apresenta Sergipe como um espaço ativo e integrado às dinâmicas da ditadura civil-militar brasileira. Ao analisar edições da Gazeta de Sergipe, a autora evidencia como o periódico difundia representações sobre o regime militar articulando acontecimentos nacionais às peculiaridades do contexto sergipano, ao destacar algumas especificidades dos atos institucionais, da propagação do ideário da “revolução de 1964” ao povo brasileiro, assim como, as resistências.

Ao mesmo tempo, demonstra que o jornal deve ser compreendido de forma crítica, considerando o que o cenário vivenciado exigia e os seus interesses editoriais, visto que o posicionamento de Orlando Vieira Dantas, inicialmente, defensor da ideologia nacional-desenvolvimentista defendida por João Goulart, contudo, em 1969, entra para a Aliança Renovadora (Arena), partido que apoiava o regime militar (Barreto, 2020, p. 33), e os limites impostos pela censura e pelas relações estabelecidas com o regime.

Dessa forma, a pesquisa amplia a compreensão sobre a atuação da imprensa sergipana durante a ditadura, possibilita mergulhar por diferentes camadas do processo autoritário seja ele relacionado ao âmbito repressivo, como também o de resistência e evidenciar Sergipe como parte integrante do projeto autoritário implantado no Brasil.

Por conseguinte, abordando as facetas da repressão e resistência, sobretudo, voltado no que se refere ao movimento estudantil, observa-se que a historiografia apresenta diferentes produções que possibilitam compreender essas experiências tanto no âmbito da educação básica, quanto no ensino superior.

A atuação do movimento estudantil constitui um dos temas mais recorrentes da historiografia sobre a ditadura militar em Sergipe, uma vez que os estudantes figuravam entre os principais alvos da repressão e, simultaneamente, entre os mais importantes sujeitos da resistência ao autoritarismo.

Marcado por grandes desafios, o movimento estudantil é alvo de silenciamento, visto que, uma das primeiras medidas dos defensores do novo regime foi colocar fogo na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) (Nunes, 2023, p. 3), com a instauração da ditadura militar, as principais lideranças da União Estadual dos Estudantes (UEES) sergipana foram presas (Nunes, 2023, p. 5), devido ao aumento de perseguição política e a legitimação da censura, essa organização entrou em clandestinidade, iniciando posteriormente um processo de reorganização.

Assim, um dos primeiros movimentos a se reerguer é o movimento estudantil universitário, dentro das próprias faculdades, pois,

O movimento estudantil brasileiro passa a ser visto como ameaça ao regime político vigente. Por essa razão, o governo militar procurou controlar as entidades estudantis por meio do Ministério da Educação, substituindo o Decreto “Café Filho” — que desde 1955 regia os órgãos de representação universitária — pela Lei nº 4.464/1964, que ficou conhecida como Lei Suplicy por conta do nome do Ministro da Educação da época (CEV, 2020, p.152).

Porém esses sujeitos não se calaram diante da repressão que sofreram, um caso que mobilizou o movimento, foi em prol da morte do estudante Edson Luís, morto após ser atingido com um tiro no peito por um policial militar, se tornando um dos símbolos da resistência contra o período no país, tal fato ocorreu em 1968, no Rio de Janeiro, e Sergipe não ficaria de fora dessas inúmeras manifestações que ocorreram pelo Brasil.

O movimento estudantil sergipano convocou manifestações similares em Aracaju, no dia 02 de abril de 1968. Ao ato compareceram estudantes secundaristas e universitários, lideranças sindicais, políticas e representantes dos movimentos sociais (CEV, 2020, p.153). Os estudantes universitários sergipanos estavam conectados com o que se debatia nacionalmente e mantinham-se vinculados à UNE. Os secundaristas não ficaram

atrás. Politizados, eles fizeram greve no Colégio Atheneu por ocasião do assassinato do estudante Edson Luís (CEV, 2020, p. 153).

A passeata saiu da Praça Camerino percorrendo algumas ruas do centro da cidade, em direção à Praça Olímpio Campos, onde foi celebrada uma missa campal em frente à Catedral Metropolitana. As manifestações transcorreram normalmente, com tranquilidade e sem incidentes. Não obstante, forças policiais estavam nas ruas da cidade; além da vigilância à distância, havia militares fortemente armados nas ruas e também estrategicamente colocados em prédios públicos, como no prédio onde funcionava a Assembleia Legislativa de Sergipe e no Palácio Olímpio Campos, ambos localizados na praça Fausto Cardoso, região central da capital sergipana. (CEV, 2020, p.153).

Em 1968, caracterizado pelo maior ano de luta e resistência, o movimento estudantil promoveu diversas ações contra o golpe, sobretudo o XXX Congresso Nacional da UNE, que aconteceria no estado de São Paulo, e estava ocorrendo na ilegalidade, mobilizados os estudantes universitários da Faculdade de Direito se reuniram na Avenida Ivo do Prado, em Aracaju, para cobrar pedágio dos carros que passavam por lá (Nunes, 2023, p. 8), com o objetivo de arrecadar dinheiro e enviar representantes estudantis para o congresso.

A delegação sergipana foi composta por 10 universitários: João Augusto Gama da Silva, Benedito de Figueiredo, Wellington Dantas Mangueira Marques, Antônio Vieira da Costa, José Alves do Nascimento, João Bosco Rolemberg Cortes, Janete Correia de Melo, José Jacob Dias Polito, Elze Maria dos Santos e Laura Maria Tourinho Ribeiro (Dantas, 2014, p. 147).

O ato foi sucedido, embora o dinheiro tenha sido arrecadado, o congresso não ocorreu, visto que, muitos estudantes foram presos e levados para o presídio Tiradentes (SP) muitos dos estudantes que participaram do Congresso da UNE foram identificados, fichados e fotografados ainda no sítio Murundu, servindo como “indício” de envolvimento com o comunismo (CEV, 2020, p.155).

Esse episódio reafirma que as mobilizações ocorridas em Sergipe não estavam isoladas, ao contrário, integravam um movimento de resistência que se desenvolvia em âmbito nacional. Dessa forma, reunindo a população local em prol de um ato de oposição ao sistema, os estudantes evidenciaram a capacidade de organização e articulação dos diferentes setores da sociedade sergipana, reafirmando que o estado também participou das lutas políticas, essas produções demonstram a ampliação dos objetos de investigação e evidenciam como diferentes espaços educacionais foram atravessados pelas práticas repressivas e pelas formas de resistência.

Os elementos culturais não poderiam ficar de fora desta análise, diante disso, Maya Cruz Alves (2014) resgata e ressignifica por meio do artigo intitulado “Teatro e resistência em Aracaju em tempos de ditadura: (1964-1977)”, o papel desempenhado pelo teatro sergipano como espaço de resistência cultural. Nesse sentido, a autora enfatiza como o teatro destaca-se por sua capacidade de denunciar os abusos do autoritarismo e estimular a reflexão crítica da sociedade.

Por mais censurada que tenha sido as diferentes esferas da vida cultural consideradas uma ameaça ao regime, a cultura encontrou meios de produzir e manifestar alternativas ao discurso autoritário. “De certa forma, a própria censura contribuiu para que a arte desenvolvesse novas formas, tanto com relação ao conteúdo quanto no que diz respeito à estética” (Alves, 2014, p. 10),

“Sob esse aspecto, o teatro apresenta formas, estilos e tendências que surgem ou adquirem destaque a depender do contexto sociocultural” (Alves, 2014, p. 14), assim sendo, esse meio de expressão falou sobre a realidade do Brasil naquele contexto. Nessa conjuntura, o teatro passou a denunciar “os abusos do estado autoritário, criou imagens e cenas que falavam de outra realidade do passado e da esperança no futuro diferente” (Alves, 2014, p. 14).

“No estado de Sergipe, apesar das proporções e de não ser considerado como grande centro político cultural como São Paulo e Rio de Janeiro, a expressão da cultura de resistência não foi muito diferente do resto do país”(Alves, 2014, p.16). Com isso, militantes do movimento estudantil estavam engajados formando grupos de teatro, escrevendo, dirigindo e atuando em espetáculos que tratavam das temáticas da cultura popular e da realidade brasileira.

A autora identifica diversos grupos teatrais atuantes em Aracaju nas décadas de 1960 e 1970, entre eles o Teatro de Cultura Artística de Sergipe, o Teatro de Estudantes do Colégio Estadual de Sergipe, Grupo Raízes, Grupo Expressionista da UFS, Grupo de Teatro Experimental, Grupo Oxente de teatro, Grupo Checkup e Grupo Imbuaça. A existência desses coletivos demonstra que a produção teatral sergipana permaneceu ativa mesmo diante da censura, adaptando linguagens e estratégias para expressar críticas ao regime militar.

Como exemplo desse silenciamento, algumas peças de teatro sofreram censura, tiveram cenas alteradas, e vocabulários reprimidos, por determinação dos órgãos responsáveis pelo controle das manifestações culturais. Entre eles, o grupo Imbuaça recebe maior destaque na pesquisa pela autora, por surgir no contexto da abertura política do Brasil, sob a influência de aspectos voltados ao processo de redemocratização.

Ao evidenciar a atuação desses grupos, Alves (2014) demonstra que os aspectos de resistência extrapolam os espaços de militância política organizada, manifestando-se também no campo artístico e cultural. Em síntese, Aracaju é representada como espaço onde o teatro incorporou para além da função de entreter, assumindo um papel educativo, resistindo como uma ideia simbólica ao autoritarismo, da valorização da cultura popular e da formação da consciência crítica e histórica, especialmente entre estudantes e artistas locais.

Se por um lado, a produção cultural constitui um importante espaço de resistência, por outro lado, a intensificação dos mecanismos de vigilância e repressão também alcançaram diversos segmentos da sociedade sergipana. Nessa perspectiva, a Operação Cajueiro configura-se como um dos principais episódios da ação repressiva da ditadura em Sergipe, evidenciando a atuação dos órgãos de segurança no monitoramento, perseguição e prisão de opositores políticos

Por assim dizer, a Operação Cajueiro foi o nome dado a uma ação militar de caráter confidencial e sigiloso desencadeada em Aracaju, a partir do dia 20 de fevereiro de 1976, com o objetivo de “apurar atividades subversivas no estado de Sergipe” (ASV/ACE 3802/82, 1/2, fis. 03 *apud* CEV, 2020, p. 190).

A Cajueiro tinha como alvos os supostos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Sergipe, mas nem todos os detidos tinham vínculo de fato com o

partido. Membros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em especial sua ala jovem, foram também alcançados pela Operação (CEV, 2020, p. 190).

A operação apresenta um aspecto particular, pois durante o governo de Ernesto Geisel, a ditadura iniciou a chamada distensão lenta, ou seja, uma política adotada visando promover uma abertura gradual do regime militar, porém isso não significou o fim imediato da repressão, ao mesmo tempo que algumas medidas foram flexibilizadas, os órgãos de segurança continuaram atuando contra os opositores do regime. Desse modo, a Operação Cajueiro reforça a permanência das práticas de vigilância, perseguições e torturas, revelando que a flexibilização política coexistiu com a continuidade da repressão.

O historiador Ronaldo de Jesus Nunes apresenta, demonstra em seu artigo intitulado “Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise paritária em Sergipe (1976-1980)”, que a Operação Cajueiro constitui uma das principais estratégias repressivas implementadas pela ditadura no estado. Segundo o autor, a ação tinha como objetivo desarticular o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado, resultando na prisão de vários membros do partido e a sua completa dispersão (2024, p.51).

Mais do que um evento isolado, a operação revela a incorporação, em âmbito regional, das diretrizes nacionais de combate aos considerados “inimigos internos”. Nesse sentido, a perseguição ao PCB demonstra que o regime buscou eliminar espaços de organização política e enfraquecer grupos identificados como opositores, materializando a consolidação do controle e da vigilância sobre a sociedade sergipana.

O polo da repressão estava localizado nas dependências do Quartel do 28º Batalhão dos Caçadores (28º BC), quem adentrava ao quartel, quase sempre era alvo da tortura. Porém, esses mecanismos eram acobertados pelo serviço de médicos e legistas encarregados de falsificar registros e exames, corroborando assim para a encobrimento das práticas de tortura (Nunes, 2024, p. 51). Esse fato evidencia que a ditadura não era resultado exclusivo da ação militar.

A repressão contou com a colaboração de segmentos civis, que, por diferentes interesses, contribuíram para o funcionamento e legitimidade do regime. Ao ocultarem as marcas da tortura e produzirem documentos que mascaravam as violações dos direitos humanos, esses profissionais não apenas descupriam princípios éticos de suas

profissões, mas também integravam uma estrutura de repressão que buscava garantir a impunidade dos agentes estatais.

A repressão havia sido iniciada em 1946, sobretudo a partir da cassação de parlamentares constituintes, assim como da criminalização dos membros que dirigiam o partido em 1947. É importante ressaltar que aqueles que eram simpatizantes do partido também foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (Nunes, 2024, p. 53).

Conforme evidencia Nunes (2024), a repressão ao Partido Comunista Brasileiro não se restringiu aos seus dirigentes, a criminalização de seus simpatizantes demonstra que o Estado ampliou o conceito de “inimigo interno”, fazendo com que qualquer indivíduo suspeito de manter vínculos com ideias consideradas subversivas pudesse ser enquadrado pela Lei de Segurança Nacional.

Essa política evidencia que a repressão foi estruturada não apenas para combater organizações políticas específicas, mas também para disseminar o medo e inibir a participação política da sociedade, por meio da vigilância, da perseguição e da violência estatal.

Ao todo a Operação Cajueiro teve como alvo 29 pessoas, destas 25 foram presas de forma arbitrária sem mandato judicial e 18 chegaram a ser processadas pelo regime. A documentação da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe demonstra que todos os detidos foram submetidos a práticas de tortura, em diferentes graus de intensidade.

Como padrão, foram vestidos com um macacão e tiveram os olhos vendados com uma borracha, assemelhada a uma câmara de ar para pneu de bicicleta. O fato de haver um “macacão” para cada um dos presos, bem como vendas de borracha especialmente preparadas para a ocasião, reforça a tese de que a Operação fora minuciosamente preparada, muito embora não tenham sido encontrados documentos relativos à preparação da Operação. (CEV, 2020, p.199).

A borracha usada como venda feriu os presos na região entre as sobrancelhas, sobre o nariz, e cegou Milton Coelho de Carvalho por provocar o descolamento das suas retinas

(CEV, 2022, p.199), ele, Carivaldo Lima Santos e Jackson de Sá Figueiredo sofreram as mais duras torturas e permaneceram presos preventivamente após o final da Operação Cajueiro (CEV, 2020, p.200).

Além das vendas de borracha muito apertadas e que mantiveram os detidos sem visão por dias, houve espancamentos como: tapas; “telefones”; pancadas na cabeça; “murros nos rins, chutes nos testículos e pernas”; sessões de afogamento e eletrochoques — estes nas partes sensíveis do corpo como língua, orelhas e partes íntimas (CEV, 2020, p.199).

Embora a Operação Cajueiro tenha sido oficialmente encerrada em 4 de março de 1976, com a instauração do Inquérito Policial Militar e dos processos criminais correspondentes, seus desdobramentos ultrapassaram os limites formais estabelecidos pelos aparelhos repressivos do estado. Na prática, o término da operação não significou o fim da violência por ela produzida. As marcas físicas e psicológicas deixadas nas vítimas, as prisões prolongadas, os traumas decorrentes das torturas e o estigma imposto aos perseguidos políticos permaneceram presentes em suas trajetórias de vida.

Da mesma forma, a sociedade sergipana também foi profundamente impactada, cujos efeitos se estenderam para além do período ditatorial. Assim, mais do que um episódio de repressão política, a Operação Cajueiro constitui um marco da violência de Estado em Sergipe, cujas consequências permanecem inscritas tanto na memória coletiva quanto na história daqueles que vivenciaram diretamente esse período.

4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A sequência didática configura-se como uma estratégia metodológica planejada pelo professor de forma sistemática, com o objetivo de desenvolver um conteúdo específico, a partir de um planejamento capaz de construir habilidades de forma progressiva. A maneira de configurar as sequências de atividades é um dos traços mais claros que determinam as características diferenciadas da prática educativa (Zabala, 1998, p.24).

Nesse sentido, Zabala (1998) compreende a sequência didática como uma organização articulada de atividades que favorece a aprendizagem significativa por meio da participação ativa e da reflexão do estudante. Nessa perspectiva, o processo de ensino não se restringe à transmissão de conteúdos, mas possibilita que os alunos estabeleçam relações entre os conhecimentos escolares e suas experiências, desenvolvendo capacidades de análise, interpretação e posicionamento crítico.

Nesse sentido, a elaboração dessa proposta teve como base os princípios estabelecidos por meio da metodologia da aula-oficina da historiadora portuguesa Isabel Barca (1999), a sequência desloca o foco do ensino aprendizagem centrada no eixo professor enquanto agente único do conhecimento e transfere-se para uma perspectiva investigativa acerca do potencial do aluno enquanto um personagem ativo na construção do conhecimento histórico.

Os princípios norteadores acerca da metodologia aplicada ao ensino de história ficou ao encargo dos historiadores Jörh Rüßen (2011), Luiz Fernando Cerri (2011), especialmente no que se refere ao desenvolvimento da consciência histórica como elemento essencial para que os estudantes interpretem de forma crítica e fundamentada as relações entre passado, presente e futuro. Dessa forma, a elaboração do trabalho busca ultrapassar a mera memorização de acontecimentos, estimulando a análise crítica das diferentes narrativas sobre a Ditadura Civil-Militar e suas ocorrências no estado de Sergipe.

A análise da experiência sergipana contribui para descentralizar as narrativas tradicionais sobre o período e promovendo a construção de interpretações mais complexas da Ditadura Civil-Militar brasileira. Para essa construção, foram fundamentais fontes como o Relatório Final Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo “ (2020), os autores Ibarê Dantas (2014) e Carlos Fico (2004), além

de trabalhos acadêmicos de diferentes autorias foram essenciais para a construção de uma perspectiva fora da zona de conforto, distanciada de uma cronologia e integrada a partir de eixos temáticos que abordam a ditadura em Sergipe sob diferentes perspectivas.

Para se pensar a valorização da história local os autores José D' Assunção Barros (2009), Circe Bittencourt (2018) entraram em cena, contribuindo para a reformulação de uma padronização perpetuada em uma história apenas dos principais personagens históricos ditados a partir de uma concepção eurocêntrica e a grandes centros do país ou até mesmo do mundo, promovendo um ensino interdisciplinar, considerando a influência direta entre os acontecimentos em um contexto total e em um específico, assim como no diálogo com o cotidiano como objeto de estudo a ser considerado para uma abordagem significativa.

Para Jörn Rüsen (2011), o ensino de História deve ultrapassar a transmissão de informações e a memorização de datas, personagens e acontecimentos, tendo como finalidade principal o desenvolvimento da consciência histórica. Nessa perspectiva, aprender História significa compreender que o passado mantém estreitas relações com o presente e oferece referências para a interpretação da realidade e para a orientação das ações no futuro. A aprendizagem histórica, portanto, possibilita que os estudantes atribuam sentido às experiências humanas ao longo do tempo, reconhecendo permanências, mudanças, conflitos e diferentes perspectivas sobre um mesmo acontecimento.

A prática dessa proposta justifica-se por possibilitar a construção gradual do conhecimento histórico, articulando diferentes estratégias de ensino que estimulam a participação dos estudantes, a análise crítica das fontes e a reflexão sobre as múltiplas experiências da ditadura civil-militar no Brasil e em Sergipe.

Nesse sentido, foi desenvolvida a sequência didática com o objetivo de oferecer aos professores de história uma ferramenta para complementar o ensino da ditadura civil-militar, ampliando a abordagem para além das narrativas tradicionalmente centradas nos grandes centros do país, valorizando as especificidades da história local, sendo possível adaptá-la, de acordo com a localidade que se deseje trabalhar.

Componente Curricular: História.

Duração: 4 aulas (50 minutos cada) e 1 dia para a apresentação do projeto.

Público-alvo: 3º ano de Ensino Médio.

Tema: A Ditadura Civil-Militar em Sergipe: uma história que não está no livro didático.

Habilidades:

EM13CHS101: Identificar, analisar e compreender diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vista à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

EM13CHS102: Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento, etc...), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103): Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

Competências gerais:

Competência 1: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Competência 2: Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Competência 10: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Competências específicas de Ciências Humanas e sociais aplicadas para o ensino médio presentes no Currículo de Sergipe.

Competência 1: Analisar processos políticos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes da natureza científica.

Competência 5: Identificar e combater diversas formas de injustiças, preconceitos e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, respeitando os Direitos Humanos.

Competência 6: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência histórica e responsabilidade.

Objetivo Geral:

- Compreender como a Ditadura Civil-Militar ocorreu em Sergipe, evidenciando seus principais acontecimentos por meio da investigação histórica, da memória e da historiografia regional.

Objetivos Específicos:

- Identificar as características da Ditadura em Sergipe;
- Compreender a importância da história local para os estudos da História do Brasil;
- Produzir interpretações históricas fundamentadas em fontes.

Metodologia

- A sequência didática fundamenta-se na metodologia da investigação histórica, privilegiando a problematização, a análise de diferentes fontes históricas, a história local e a aprendizagem baseada em pesquisa. As aulas articulam

exposição dialogada, análise documental, história oral, trabalho colaborativo e produção de materiais didáticos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da consciência histórica dos estudantes.

Estrutura:

Aula 1

Tema: Sergipe durante a ditadura civil-militar: um capítulo da história que não é contado.

O professor irá iniciar a aula questionando: “Quando estudamos a ditadura militar, geralmente pensamos em quais regiões ou estados do Brasil ela tenha ocorrido?”

Após ouvir a resposta dos estudantes, o professor promoverá uma discussão acerca da presença de ditadura civil-militar em Sergipe, problematizando a pouca visibilidade da história regional nos livros didáticos, filmes, e em outras narrativas sobre o período destacando a importância de observar esse espaço enquanto um cenário importante para a composição da história do Brasil.

Tópicos de discussão:

1. Por que o golpe militar ocorreu em 1964?
2. Por que o golpe de 1964 influenciou a política em Sergipe?
3. Quais foram as primeiras manifestações de repressão e controle político no estado?
4. Quais espaços e instituições de Aracaju estiveram relacionados à atuação da ditadura civil-militar?
5. Quais agentes estavam participando deste momento e qual o papel deles nesse cenário?

Nesta aula, pretende-se apresentar um panorama introdutório da ditadura civil-militar em Sergipe privilegiando aspectos que dialoguem com a realidade dos estudantes e evidenciam a importância da história local para a compreensão do contexto nacional.

Atividade para casa:

Os estudantes deverão entrevistar um familiar ou morador da comunidade em que reside utilizando o roteiro elaborado pelo professor. O objetivo da atividade é identificar

memórias, percepções e conhecimentos sobre a ditadura, que serão analisados coletivamente na aula seguinte, possibilitando uma reflexão sobre as relações entre memória, história e fontes orais.

com as seguintes questões.

1. Você sabe o que foi a ditadura militar?
2. Você conhece algum acontecimento?
3. Como seria viver durante esse período?
4. Você conheceu alguém que foi perseguido durante a ditadura? Conte-nos um pouco da sua história.
5. Naquela época, as pessoas tinham medo de falar sobre política?
6. Por que é importante estudar sobre a ditadura civil-militar nas escolas?

Caso não seja possível encontrar pessoas para entrevistar, o professor deve sugerir que o aluno analise um vídeo sobre esse período, o sugerido é Relatos de quem viveu a ditadura militar, episódio 03.

Disponibilizado em: <https://youtu.be/CQD7WxMXoG0?is=EgBPFyoz84yeGoAl>.

Dessa forma, os alunos irão assistir o episódio e responder com base no questionário anterior.

1. Você sabe o que foi a ditadura militar?
2. Você conhece algum acontecimento?
3. Como seria viver durante esse período?
4. Você conheceu alguém que foi perseguido durante a ditadura? Conte-nos um pouco da sua história.
5. Naquela época, as pessoas tinham medo de falar sobre política?
6. Por que é importante estudar sobre a ditadura civil-militar nas escolas?

Aula 2

Tema: Organização dos grupos de pesquisa

Após realizar a contextualização por meio da aula expositiva, debates e análise de fontes históricas, os estudantes são organizados em quatro grupos. Cada grupo investigará um aspecto específico do período, utilizando documentos, obras historiográficas e outras fontes disponibilizadas pelo professor.

Ao final, será realizada uma exposição desse trabalho na escola.

O professor irá dividir a sala em 5 grupos:

- **Grupo 1: Imprensa e censura em Sergipe**

Objetivo: Analisar o papel da imprensa durante a Ditadura Civil-Militar em Sergipe, identificando os mecanismos de censura, os limites e possibilidades da divulgação das informações, bem como a influência dos jornais na construção das narrativas sobre o período.

Fonte: BARRETO, Maya Ferreira. A ditadura civil-militar em Sergipe: o que nos falam os jornais? (1968-1978), 2020. O artigo apresenta reflexões sobre a imprensa sergipana, sobretudo a partir do jornal Gazeta de Sergipe, um dos principais veículo de grande circulação que exerceu influência na capital sergipana.

Disponível

em:

<https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/18>

Encaminhamento da atividade:

Após a leitura do texto, os estudantes utilizarão os conceitos e as discussões apresentados pela autora para analisar as matérias do Jornal da Bahia sobre as prisões políticas ocorridas em Sergipe, em fevereiro de 1976.

Jornal da Bahia 24 fev. 76. pg. 08.

VINTE E SEIS PRESOS POLÍTICOS EM SERGIPE

ARACAJU (Correspondência Especial) — Uma equipe de militares de Recife prendeu na tarde da última sexta-feira 26 pessoas, que estão incommunicáveis no Quartel do 28º Batalhão de Caçadores, filiado ao 4º Exército. Somente a relação de 14 nomes foi liberada para imprensa, mas até agora ninguém sabe dizer o que motivou as prisões.

Além do presidente da Ala Jovem do MDB, José Elias Pinho Oliveira, estão presos e incommunicáveis Carlos Alberto Menezes, ex-presidente da Ala Wellington Mangueira, Assessor Jurídico do Cotin-guiba Esporte Clube, Jackson Sá Figueiredo, advogado, Pedro Hilário, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, João Santana Sobrinho, advogado, José Antônio Góes, estudante de econo-

mia, Milton Coelho Carvalho, funcionário da Petrobrás, Marcelo Bonfim Rocha, membro do diretório regional do MDB, Antônio Bitencourt, enfermeiro, Carivaldo Lima Santos, ferroviário, Ger-vásio Santos, jornalista, Durval José Santana, pedreiro filiado ao MDB e Valtér Santos, carteiro da FBCT.

O deputado do MDB de Sergipe José Carlos Teixeira, juntamente com o presidente do MDB, Gilvam Rocha, estiveram na Superintendência da Polícia Federal, pedindo explicações, porém foram informados de que a Polícia Federal nada tinha a ver com as prisões. Inconformados enviaram carta ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, e ao deputado Ulisses Guimarães presidente do MDB, comunicando o fato.

JUVENTUDE DEMOCRÁTICA NAS PRISÕES DE SERGIPE

O presidente nacional do MDB, Ulisses Guimarães, disse ontem que não foi informado pelo diretório regional do partido em Sergipe, da prisão de 15 filiados da Juventude Democrá-

tica do MDB, naquele Estado, afirmando que aguarda uma comunicação oficial para que "a direção nacional do partido possa tomar providências".

Jornal da Bahia 25 fev. 76. pg. 03.

MILITARES PRENDEM MAIS TRÊS PESSOAS

ARACAJU (Da Sucursal) — Mais três pessoas foram detidas ontem, em Aracaju, por oficiais do Quarto Exército que se encontram na capital sergipana desde a última sexta-feira. Os nomes anunciados ontem pela diretoria Ex-ativa do MDB são os seguintes: Edgar Coelho, proprietário de Livraria Universitária, em Aracaju; Faustino Alves de Menezes, membro do Diretório Regional do MDB no município de Ilheus; e José Soares, um agricultor filiado ao MDB na cidade de Boquim. Este chegou a anunciar sua candidatura a vereador para as próximas eleições.

No Quartel do 8º Batalhão de Caçadores, onde os presos políticos se encontram incommunicáveis, os oficiais do 4º Exército apenas informavam às famílias dos detidos que "ninguém está por lá". Dos presos, apenas um encontra-se bastante adoecido: Pedro Hilário, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira. Ele uma semana antes de ser detido, teve início de derrame e, segundo membros da Diretoria Regional do MDB, dificilmente terá condições de responder aos interrogatórios.

Ontem, os oficiais do 4º Exército anunciaram extra-oficialmente que fariam voltar aos seus postos todo o alto escalão do 28º Batalhão de Caçadores, onde até o seu comandante, Osmar de Melo e Silva foi "licenciado". Entretanto, sabe-se que, o comando continuará de "licença" até hoje.

RECUSA

Segundo o Deputado Estadual Jackson Barreto Lima, líder do MDB na Assembleia Legislativa, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Sergipe, se recusou a defender os três advogados presos no Quartel do 28º Batalhão de Caçadores, Wellington Marques Mangueira, João Santana Sobrinho e Jackson Sá Figueiredo.

O presidente da OAB, seção de Sergipe, sr. Gilson Garcia, não justificou ainda a sua decisão. Entretanto, as esposas de João Santana e Wellington Marques Mangueira, bem como a mãe de Jackson Sá Figueiredo, entraram ontem com um documento na Ordem dos Advogados do Brasil/Sergipe, solicitando providências.

Um outro documento deverá também ser enviado ao Conselho Nacional dos Advogados do Brasil, explicando todo o problema, mostrando a necessidade de se tomar uma providência, ou seja, que seja efetuada a defesa dos advogados. Informou-se ainda em Aracaju, que um advogado baiano será contratado ainda hoje para defender os presos políticos.

PRISÕES CONFIRMADAS

O Serviço de Relações Públicas da 8ª Região Militar confirmou, ontem, as prisões efetuadas em Aracaju, de cerca de 12 pessoas, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro. O inquérito policial militar já foi instaurado e alguns dos detidos já foram ouvidos.

O juiz Aír Carvalhosa, da Auditoria Militar, segundo o Serviço de Relações Públicas da 8ª RM, já tomou conhecimento do fato, inclusive já está com o nome dos implicados. O Major Ailton Alcântara não forneceu maiores detalhes sobre as prisões, porque o material ainda não havia chegado ao seu setor.

Acredita o Major que provavelmente os presos deverão ser encaminhados para Salvador, mas não há nada ainda definido. O processo deverá seguir o mesmo trâmite como ocorreu em Salvador, com a prisão dos presos políticos. O Serviço de Relações Públicas da 8ª Região Militar afirma que os presos sergipanos pertencem à Ala Jovem do MDB daquele Estado. "Não é especificamente gente do MDB e sim pessoas ligadas ao Partido Comunista" — garantiu o Major Alcântara. A 8ª Região Militar abrange os Estados da Bahia e Sergipe, daí porque os presos sergipanos serão julgados pela Auditoria Militar, sediada em Salvador.

SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 1976 — JORNAL DA BAHIA

PRESOS DE ARACAJU VIRÃO PARA A BAHIA

Relações públicas da VI Região Militar, Major Alcântara informou ontem que os processos das pessoas presas nos últimos dias em Aracaju serão julgados em Salvador, uma vez que a região de Sergipe está subordinada à VI

Região Militar. A Auditoria Militar já tomou conhecimento dos nomes dos envolvidos, através de radiotelefone, recebida terça-feira.

Segundo o Major Alcântara, na época do julgamento os presos serão encaminhados pa-

dos para a VI Região, na qual atualmente se encontram incommunicáveis no Quartel do 8º Batalhão de Caçadores, e após dez dias seus advogados poderão atuar. Segundo ele, estas pessoas, pertencentes ao PC, "esta-

vam ostensivamente ligados ao MDB".

Disse ainda o major que as acusações são de alistamento de novos membros para o PC e confecção de panfletos e jornais de cunho subversivo. Segundo ele, dos presos nos últimos dias, qua-

tro já foram soltos. Responderão a processo em liberdade, uma vez que "as acusações foram leves".

— Todas as prisões estão sendo efetuadas rigorosamente dentro do que prevê a lei, disse o major.

Fonte: Comissão Estadual da Verdade, 2020, p.209.

A partir da comparação entre o referencial teórico e as notícias, deverão identificar:

1. Qual a singularidade do que é retratado no artigo sobre o posicionamento da imprensa, diante do que é exposto na matéria do jornal da Bahia?
- Grupo 2: Movimento Estudantil em Sergipe.

Objetivo: Analisar e comparar diferentes fontes históricas sobre o movimento estudantil durante a ditadura civil-militar, compreendendo como distintas narrativas contribuem para a construção do conhecimento histórico e para a valorização das experiências vividas em Sergipe.

Fonte: Recorte da revista *A volta da UNE*, produzido por ocasião da realização do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em 1968. O documento apresenta informações sobre a reorganização do movimento estudantil, as formas de mobilização política e os mecanismos de repressão empregados pela ditadura civil-militar.

DAS RUAS, COM O POVO,...

Américo Nicolatti, em entrevista à *Folha de São Paulo*.

Dois moças tiveram fortes queimaduras nas pernas e um estudante de Economia, Vinicius Gonçalves, recebeu um saco com ácido no rosto. Do lado do Mackenzie dois estudantes ficaram feridos: Ronaldo Tonini e Pio Pacini.

A polícia interveio, mas a luta prosseguiria no dia seguinte. Além do arsenal do dia anterior, rifles e revólveres. No início da tarde, o secundarista José Guimarães, mais dois companheiros, decidem entrar no prédio do Mackenzie sendo recebidos por uma rajada de balas. Uma delas atinge José Guimarães. Imediatamente cerca de 300 estudantes, liderados por José Dirceu — que empunha a camisa de Guimarães, manchada de sangue — saem em passeata que, durante duas horas, percorre as ruas centrais de São Paulo protestando pela morte do companheiro. Quatro carros da polícia são incendiados. No final da manifestação, 35 pessoas estão presas.

Enquanto isso, na rua Maria Antonia, a batalha continua. Só à noite terminaria, com a invasão da Faculdade de Filosofia pela tropa de choque da Força Pública. Por volta de 19 horas, a tropa ocupava, sem problemas, a Universidade Mackenzie. Os soldados haviam sido aplaudidos pelos estudantes, que continuavam atirando bombas Molotov contra a Filosofia. Às 21 horas, quando a tropa consegue ocupar a Filosofia, todos os estudantes já haviam abandonado o prédio pela rua lateral.

Ibiúna: a prisão das lideranças

O 30.º Congresso da União Nacional dos Estudantes, marcado para 9 de outubro, em Ibiúna, São Paulo, para a eleição da nova diretoria da entidade, acabaria se transformando num triste marco da história do movimento estudantil brasileiro. A prisão de quase todos os participantes, entre eles os principais líderes das manifestações de 68, representaria o início do mais longo período de refluxo do movimento. Depois de Ibiúna e da edição do Ato Institucional número 5 (em dezembro) e do decreto lei 477 (em fevereiro de 69) a UNE só conseguiria sobreviver por mais dois anos. E mesmo assim, na clandestinidade.

Nessa época, as duas principais tendências do movimento estudantil eram lideradas por Wladimir Palmeira que apoiava o então presidente da UEE de São Paulo, José Dirceu, para encabeçar a nova diretoria e por Luís Travassos (então pre-

sidente da UNE), cujo candidato era Jean Marc van der Weid.

A chapa liderada por José Dirceu defendia que a principal preocupação do 30.º Congresso deveria ser a reestruturação e a fixação de conceitos concretos de universidade. “Nosso programa — dizia Dirceu em entrevista ao *Jornal da Tarde* de 12/9/68 — tem como base a universidade. Mas não se limita à universidade. Há uma introdução em que se faz a crítica do Congresso da UNE do ano passado, o Congresso de Vinhedo. Depois, nós passamos para uma análise da política educacional da ditadura, para uma definição de universidade, um programa de ação que fala de reestruturação. Há ainda um capítulo sobre a estrutura da UNE, com a criação de secretarias regionais”.

O programa lançado por Jean Marc afirmava que “a forma mais eficaz de luta do movimento estudantil são as manifestações de rua junto com os outros setores da população. Luta direta contra a opressão, de solidariedade a todos os setores populares atingidos pela ação da ditadura. Da mesma forma, frente às ameaças de golpes e decretação de sítio, devemos ver bem claro que são métodos das classes dominantes tentarem resolver as suas contradições internas e acenarem a opressão contra o povo”.

O 30.º Congresso seria realizado secretamente. A escolha do local e o esquema de segurança começaram a ser preparados meses antes. Além do sítio de Ibiúna havia três opções de local: dois outros sítios no interior de São Paulo ou a Praia Grande, no litoral paulista. A idéia era espalhar, pelos quase 60 quilômetros da Praia Grande, barracas onde grupos de delegados debateriam os temas e escolheriam um representante que participaria da reunião final, em uma barraca maior. Os argumentos em defesa dessa idéia eram de que os delegados acampados não chamariam a atenção, pois já fazia calor e a moda do “camping” se difundia no litoral paulista. Além disso o abastecimento seria mais fácil.

Acabou porém prevalecendo o sítio Muduru, em Ibiúna, para a realização do Congresso, pois os delegados preferiram debater em conjunto, em detrimento da segurança e com maiores dificuldades de abastecimento. O sítio ficava a 25 quilômetros do centro de Ibiúna. Em pequenos grupos escondidos sob lonas, os delegados eram levados em jipes, peruas e camionetes. Eles desciam pouco antes do local e seguiam a pé por atalhos até uma casa onde era feita a triagem. Só prosseguia

A volta da UNE / 11

quem tivesse a senha dada pela comissão de segurança. Os primeiros a chegar escavaram numa encosta do morro o que seria o “auditório” do Congresso, coberto por uma lona. O percurso era duro, as estradas lamacentas, a necessidade de chegar em pequenos grupos para não despertar suspeitas fez atrasar a ida dos delegados. O Congresso, marcado inicialmente para o dia 9, só teria início no dia 12.

João Medeiros, na época estudante de Geografia e membro da Comissão de Segurança do Congresso conta que houve falha no esquema de alimentação: “A comida tinha que ser feita nos painéis do CRUSP e comboiada para Ibiúna. Mas a comida acabou sendo insuficiente e os delegados acabaram se cotizando e foram à cidade comprar alimentos. Os delegados compraram todo o pão da padaria, na época 200 cruzeiros de pão, e isso atraiu as atenções. Através de estudantes que trabalhavam na polícia chegou ao CRUSP a informação de que a polícia invadiria o Congresso e foi passando de orelha em orelha, até chegar na Segurança. Porque somente as lideranças, que estavam no Congresso, sabiam quem era da Comissão de Segurança. Seis horas antes da invasão, à meia-noite, nós já havíamos montado um esquema para retirar todos os delegados antes que a polícia chegasse. Mas só conseguimos retirar uns trinta, pois os outros delegados duvidavam da informação ou achavam que se tratava de uma manobra de grupos para adiar a eleição. E deu no que deu”.

Deu na prisão de 719 delegados, já que poucos conseguiram fugir pelo mata.

Os policiais do DOPS e da Força Pública chegaram por volta das 7 horas da manhã do sábado (dia 12). A maioria dos delegados ainda estava dormindo.

O sítio foi cercado e com algumas rajadas de metralhadora para o ar os policiais renderam os estudantes, sem dificuldade. A grande maioria dos presos (712) foi encaminhada para a Casa de Detenção (os de fora). Os 9 líderes — Wladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos, Antonio Ribas, Edson Soares, Franklin Martins, Paulo Steller, Luís Raul Machado e José Arantes — foram levados para o DOPS. Nos dias seguintes os delegados de outros Estados foram recambiados para seus locais de origem, enquanto os líderes permaneceram presos, com exceção de Jean Marc, que, dando nome falso, fora mandado para o Paraná.



Policia prende. Estudante tenta se livrar. Rotina em 1968.



Policia agrediu estudante durante passeata de protesto pela morte do estudante na rua Maria Antonia.

“Flagrante preparado”

Apesar das versões de que o local do Congresso havia sido descoberto pela polícia devido à compra dos pães ou de que um caboclo das vizinhanças descobrira o Congresso e fora comunicar ao prefeito local, um documento secreto do DOPS encaminhado à delegacia de Ibiúna, prova que a polícia tinha conhecimento do local, 10 dias antes do início da reunião.

Segundo o advogado Idibál Piveta, que defende José Dirceu, o então delegado geral do DOPS, Italo Ferrinho, encaminhou, cerca de 10 dias antes do encontro de Ibiúna, um documento secreto ao delegado da polícia local, determinando que “caso notasse pessoas estranhas, movimentos suspeitos ou jovens cabeludos e de calça Lee na cidade não tomasse qualquer providência, pois queriam pegar todos no Congresso”.

Esse documento está incluído no processo de Ibiúna. E, no início desse ano, quando do julgamento de Travassos, José Dirceu e Palmeira, serviu de base para um dos argumentos da defesa, segundo o qual o “flagrante foi preparado”. Idibál Piveta lembrou, na ocasião, que o trabalho da polícia é preventivo e que, portanto, o Congresso poderia ter sido impedido antes, já que a polícia sabia de sua realização com antecedência.

A volta da UNE / 12

Fonte: ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979. *A volta da UNE*, p. 11-12.

DAS RUAS, COM O POVO, ...



Polícia prende estudantes durante manifestação em junho de 1968 no Rio



A polícia invade o prédio da Faculdade de Filosofia da USP, na guerra da rua Maria Antônia.



Congresso de Ibiúna, 1968. Mais de 800 estudantes presos.



A rua Maria Antônia transformou-se em um campo de guerra.



João Medeiros, hoje vivendo no litoral catarinense, era um dos membros da segurança de Ibiúna.

O Conselho de Justiça Militar de São Paulo, no entanto, decidiu condenar os três líderes estudantis de 68 a 18 meses de prisão pela participação em Ibiúna.

CRUSP invadido

Nos dias seguintes são realizadas manifestações de protesto em todo o país: greves em Belo Horizonte, Fortaleza e Aracaju, passeatas em Florianópolis, Belém, Aracaju, Paraná e Rio de Janeiro. No dia 17, quando grande parte dos estudantes são soltos, é quebrada a incomunicabilidade dos líderes.

Luís Travassos, Wladimir Palmeira e José Dirceu seriam banidos do país no ano seguinte, em setembro, trocados pelo embaixador norte-americano seqüestrado, Charles Elbrick.

O ano de 68 terminaria com a invasão, por forças policiais, do CRUSP — Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo. Exército, DEOPS, Polícia Federal e Militar participaram da operação. Diversos estudantes permaneceram detidos durante meses, sem qualquer acusação. Dias mais tarde, em entrevista publicada pelo

Jornal da Tarde de 27/12/78, o chefe do Estado Maior da 2.^a Divisão de Infantaria explicava a invasão:

“Eles preparavam o desencadeamento da guerrilha urbana”.

A verdade, porém, é que o CRUSP se tornara um importante centro de debates dos estudantes e não interessava ao regime mantê-lo. Tanto que o CRUSP foi reaberto tempos depois, mas para alojar apenas pós-graduandos.

Depois de Ibiúna, a clandestinidade

A repressão ao Congresso de Ibiúna marca o início de um período negro para o movimento estudantil. As prisões em massa e o clima de terror policial tornam difícil qualquer tipo de participação dos estudantes em suas entidades, a maioria delas invadidas e fechadas. É um tempo de medo e silêncio.

“Do ponto de vista de impacto no movimento estudantil — declarou Jean Marc — presidente da UNE em 69, em depoimento a Cristina Pi-

A volta da UNE / 13

Fonte: ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979. A volta da UNE, p. 13.

Fonte Complementar: Recorte da Comissão Estadual da Verdade (CEV, 2020, p. 155)

Sergipe também fez parte desse movimento, Segundo Ibarê Dantas (2014, p.147), os estudantes sergipanos se mobilizaram para financiar a viagem: passaram livro de contribuição, saíram às ruas para “pedir pedágio” e distribuíram um manifesto com as principais aspirações do período.

Em depoimento prestado a CEV/SE, o então estudante à época, Benedito Figueiredo, expõe como se deu a ação truculenta dos agentes militares que cercaram, agrediram e prenderam os estudantes:

“[...] Ao amanhecer, nós somos surpreendidos por tropas, e tinha uma segurança. A segurança ficava nos morros quando chegava, aí foi segurança coisa nenhuma. Porcaria,

um ou dois revólveres! E aí, eles cercam, e era assim: tinha um morro e a gente ficava lá embaixo numa tenda, discutindo, discutindo, discutindo e então eles cercam sob o comando do cel. Erasmo Dias que posteriormente é deputado estadual e federal. E aí tiro de metralhadora, tiro por tudo quanto é lado. Correr para onde, se você estava em um vale? Eles cercaram esse vale, eles tinham informações de que a gente estava ali reunido. Aí começa realmente uma fase de enorme sofrimento. Primeiro pela humilhação, as pessoas se dirigiam a gente como se fossem uns marginais mesmo, com chutes, com agressões verbais, com isso e aquilo.” Depoimento de Benedito Figueiredo à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 de julho de 2016.

Questionamento:

1. O quê o depoimento revela sobre as experiências dos estudantes sergipanos durante a ditadura?
2. Como o documento permite compreender o cenário do movimento estudantil em 1968?
3. Como a repressão da ditadura é apresentada?

• Grupo 3: Arte, cultura e resistência.

Objetivos: Analisar, a partir de um trecho do documentário da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, como o cineclubismo e as manifestações culturais constituíram espaços de resistência, debate e circulação de ideias durante a ditadura civil-militar em Sergipe.

Fonte: Trecho do documentário produzido pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, com depoimento do jornalista Ancelmo Gois sobre o movimento cineclubista sergipano, utilizado como fonte histórica para compreender as formas de resistência cultural durante a ditadura civil-militar.

Disponível em: <https://youtu.be/z1loXag04tE?is=NM6296Re4V2KGbKw>. na minutagem 01:17:30 - 01:20:08.

Biografia Complementar: NETO, Onesio Elias Miranda. Clube de Cinema de Sergipe: Um projeto em Tempos de Barbárie (1950-1969). São Cristóvão, SE, 2022. Capítulo 4

“Os narradores do CCS: práticas culturais de resistência civilizatória e à barbárie”, página 90-106. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/19554>.

A análise conjunta do documentário e do capítulo da obra de Onésio Elias Mirando Neto possibilita aos estudantes compreenderem o cineclubismo como uma prática cultural da resistência à ditadura civil-militar em Sergipe. Ao trabalhar com diferentes tipos de fontes, os alunos desenvolvem habilidades de interpretação histórica, identificando como a cultura se constituiu em um espaço de contestação, sociabilidade e circulação de ideias em um contexto marcado por censura e pela repressão.

Alguns questionamentos norteadores:

1. De que maneira o cineclubismo se transformou em um espaço de resistência durante a ditadura?
2. Por que o cinema poderia ser considerado uma forma de resistência política e cultural?
3. Quais relações podem ser estabelecidas entre a experiência do cineclubismo em Sergipe e o contexto nacional da ditadura?

● Grupo 4: Repressão política em Sergipe - O caso da Operação Cajueiro

Objetivos: Analisar por meio de documentos produzidos pelos órgãos de repressão e de registros sobre a operação Cajueiro, como a ditadura civil-militar atuou em Sergipe, identificando os mecanismos de perseguição política e seus impactos sobre os indivíduos atingidos.

Fonte: Fichas de presos políticos da Operação Cajueiro, produzidas pelos órgãos de repressão durante a ditadura civil-militar. Esse documento registram informações sobre pessoas presas, as acusações que receberam e a situação processual, permitindo compreender como o Estado identificava e perseguia seus opositores

1. Figura 1 - Marcélio Bomfim Rocha e Milton Coelho Carvalho.

Marcélio Bomfim Rocha

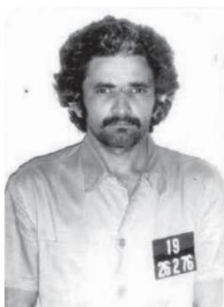
PRISÃO: 20/02

SOLTURA: 09/04

CIRCUNSTÂNCIAS PROCESSUAIS

Preso. Torturado. Prisão preventiva decretada. Processado criminalmente. Absolvido.

Primeiro e principal alvo da Operação. Foi acusado por ter participado de curso na antiga União Soviética, por ter contato com a direção nacional do PCB e especialmente por coordenar a reorganização do PCB em Sergipe, infiltrando membros do PCB no MDB.



Milton Coelho de Carvalho

PRISÃO: 21/02

SOLTURA: 09/04

CIRCUNSTÂNCIAS PROCESSUAIS

Preso. Torturado. Prisão preventiva decretada. Processado criminalmente. Absolvido.

Foi acusado por ser considerado altamente ativo nas atividades do PCB, estando sob sua responsabilidade o trabalho de coordenação, propaganda e aliciamento. Teria cedido um terreno para construir uma sede para o PCB.

Fonte: Foram alvo da Operação Cajueiro (CEV, 2020, p.202).

2. Figura 2 - Durval José de Santana e Gervásio Santos.

Durval José de Santana

PRISÃO: 21/02

SOLTURA: 25/02

CIRCUNSTÂNCIAS PROCESSUAIS

Preso.
Torturado.
Não foi processado.

Suspeito por fazer campanha eleitoral para o MDB, tendo vínculo anterior com o PCB.



Gervásio Santos

PRISÃO: 21/02

SOLTURA: 25/02

CIRCUNSTÂNCIAS PROCESSUAIS

Preso. Torturado.
Não foi processado.

Funcionário dos Correios demitido pelo AI-1. Suspeito em razão de militância anterior junto ao PCB.

Fonte: Foram alvo da Operação Cajueiro (CEV, 2020, p.203).

Alguns questionamentos norteadores:

1. Quais diferenças existem entre os presos políticos do 1º e 2º figura?
2. Quais informações são essenciais para compreender a diferença entre esses sujeitos?

Fonte Complementar: Trecho da Comissão Estadual da Verdade.

Todos os presos nessa Operação foram torturados, ainda que em graus diversos. Como padrão, foram vestidos com um macacão e tiveram os olhos vendados com uma borracha, assemelhada a uma câmara de ar para pneu de bicicleta. O fato de haver um “macacão” para cada um dos presos, bem como vendas de borracha especialmente preparadas para a ocasião, reforça a tese de que a Operação fora minuciosamente preparada, muito embora não tenham sido encontrados documentos relativos à

preparação da Operação. Os documentos acessados pela CEV/SE versam sobre a execução da Operação, especialmente após a imprensa noticiar os sequestros (ACE 0513/ASV/1976). A borracha usada como venda feriu os presos na região entre as sobrancelhas, sobre o nariz, e cegou Milton Coelho de Carvalho por provocar o descolamento das suas retinas. Em difusão de informação originária do Comandante da 6ª Região Militar, o comando da Operação considera que: “o capuz preto que era usado para cobrir a cabeça dos presos foi substituído na presente operação por óculos de borracha; entretanto, tais óculos criaram problemas; todos os presos apresentaram escoriações na parte superior do nariz, assemelhando-se [sic] a Assaduras.” (ASV/ACE 3802/82, 1/2 - fis.71), (CEV, 2020, p.199).

A partir do que foi evidenciado, responda.

1. Qual a diferença entre as duas fontes?
2. A partir de qual perspectiva está sendo narrada?

Aula 3

Tema: Socialização da pesquisa - Orientação.

- Cada grupo realizará uma apresentação oral dos dados coletados durante a pesquisa;
- Após cada apresentação, o professor e os colegas farão considerações e sugestões de melhorias, destacando aspectos positivos e pontos que podem ser aprofundados;
- Ao final da aula, cada grupo organizará os ajustes necessários para a produção do material expositivo.

Aula 4

Tema: Produção das ferramentas de exposição.

- Com base no feedback recebido, os grupos revisarão suas pesquisas e produzirão a ferramenta de exposição escolhida;
 - As produções poderão assumir diferentes formatos, de acordo com a proposta do grupo:
1. Cartaz;

2. Podcast;
 3. Animação, vídeo ou apresentação de slide;
 4. História em quadrinho;
- Os grupos deverão organizar os materiais de forma clara, utilizando imagens, documentos, mapas, fotografias que auxiliem a comunicação com o público visitante.
 - O professor acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos, auxiliando na organização das informações.

Critérios de avaliação:

- Utilização e análise das fontes históricas (2,5 pontos);
- Organização e clareza da apresentação (2,5 pontos);
- Criatividade na ferramenta de exposição (2,5 pontos);
- Participação, colaboração e protagonismo do grupo (2,5 pontos).

Atividade para professor:

Com estratégia de avaliação da culminância do projeto, o professor realizará um questionamento na plataforma Google Forms e disponibilizará o acesso por meio de QR Codes distribuídos nos estandes da exposição.

Ao final da visita os professores e estudantes serão convidados a responder ao formulário, de forma anônima, registrando suas impressões sobre os trabalhos apresentados.

Sugestões de perguntas:

- O que você aprendeu sobre a ditadura em Sergipe?
- O que mais chamou sua atenção?
- Você acha importante estudar sobre o tema? Por quê?
- Quais dúvidas permaneceram após a visita?
- Deixe uma sugestão ou comentário para o grupo.

Essas respostas serviriam como uma forma de avaliação da exposição e permitiriam aos alunos perceber o impacto do trabalho desenvolvido. Além disso, ao final da atividade,

cada grupo poderia fazer uma breve autoavaliação sobre sua participação e os conhecimentos construídos ao longo do projeto.

- **Apresentação do projeto**

Tema: Exposição - “Ditadura Civil-Militar em Sergipe: uma história que não te contaram”.

A culminância do projeto ocorrerá por meio de uma exposição organizada pelos estudantes aberta à comunidade escolar. Nesse dia, será reservado um momento específico no calendário escolar para que as turmas visitem as exposições.

Cada professor irá acompanhar sua turma durante o percurso pelos estandes, mediando as visitas, incentivando a participação dos estudantes e promovendo momentos de diálogos com os grupos expositores. Auxiliando também na realização do questionamento realizado pelo professor da disciplina de história, organizador do evento.

Os grupos serão responsáveis por apresentar os resultados de suas pesquisas utilizando diferentes recursos expositivos, como cartazes, podcasts, vídeos, histórias em quadrinhos e apresentações em slides. Durante a visita, os alunos expositores explicarão o conteúdo produzido, responderão aos questionamentos dos visitantes e promoverão momentos de diálogo e reflexão sobre a ditadura civil-militar em Sergipe.

A atividade tem como objetivo divulgar aspectos da história local frequentemente pouco abordados no ensino, estimular a valorização da memória e do patrimônio histórico sergipano, desenvolver a comunicação oral, o pensamento crítico e o protagonismo estudantil, além de fortalecer a relação entre pesquisa histórica e comunidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta didática construída ao longo da pesquisa, fundamenta-se em uma construção a partir de diálogos e significados com o intuito de promover uma abordagem ao ensino de história, sobretudo, voltado às perspectivas de uma história local.

O objetivo da pesquisa foi desenvolver uma sequência didática que possibilitasse aos professores aplicarem em sala de aula, saindo da roteirização de uma aula tradicional acerca da Ditadura civil-militar no Brasil, centralizando o foco de análise a partir da realidade sergipana, promovendo a interdisciplinaridade com a pesquisa por meio de diferentes fontes, valorizando os personagens locais, os lugares de memória e, sobretudo a construção da consciência histórica e do pensamento crítico.

A proposta visa proporcionar aos alunos um novo olhar ao que se pode considerar monótono, aproximando-os do seu local de pertencimento e valorizando espaços e personagens do cotidiano com os quais terão contato ao longo da atividade. Ao aproximar os estudantes da história de seu próprio território, entende-se que o ensino da Ditadura Civil-Militar deixa de ser percebido como um acontecimento distante para tornar-se parte da experiência histórica local. Dessa forma, a valorização das memórias sergipanas contribui para a formação de sujeitos críticos.

Esse projeto foi concebido para colaborar com os professores de História do Ensino Médio, que possuem rotinas intensas de planejamentos, execuções e sistematizações de aulas. Além disso, pretende contribuir para o enriquecimento do conhecimento de toda comunidade escolar, com o objetivo futuro de ampliar para outras temáticas, integrando essas atividades pensando o cenário local para o calendário escolar e para o planejamento de aula dos demais professores.

6. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ditadura militar brasileira nas aulas de História**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 33, maio/ago, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0102>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ALMEIDA, Jaceline Mendes; MAGALHÃES, Fabiulla Folgado Muniz. **História local nas séries iniciais do ensino fundamental mediante a interdisciplinaridade**. Minas Gerais: Repositório AlfaUnipac, 2019. Disponível em: https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2019/110_historia_local_nas_series_iniciais_do_ensino_fundamental_mediante_a_in.pdf. Acesso em: 09 jun. 2026.

ALVES, Mayra Cruz. Teatro e resistência em tempos de ditadura (1964-1977). In: **CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**, 4., 2014, Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 1-27. Disponível em: https://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424132336_ARQUIVO_MayraCruzAlves.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

BARRETO, Mayra Ferreira. **Abordagens de temáticas da ditadura civil-militar no jornal "Gazeta de Sergipe" (1968-1978)**. 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

BARRETO, Mayra Ferreira. **A ditadura civil-militar em Sergipe: o que nos falam os jornais? (1968-1978)**. Revista Ilustração. v. 1, n. 2, p. 29-43, 2020. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/18>. Acesso em: 20 jul. 2026.

BARROS, José D'Assunção. O lugar da história local. In: **BARROS, José D'Assunção**. A expansão da História. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

CABRAL, Déborah Lays de Moura Lélis; OLIVEIRA, Carla Silvino de. **O lugar da história local: da BNCC ao currículo estadual do Piauí – Ensino Fundamental (anos finais)**. Embornal: Revista da Associação Nacional de História – Seção Ceará, Fortaleza, v. 15, n. 29, p. 45-66, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/13467/11439>. Acesso em: 7 jun. 2026.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

COLETIVO PRÁXIS. **Relatos de quem viveu a ditadura militar #03**. Youtube, 26 out. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/CQD7WxMXoG0?is=EqBPFyoz84yeGoAl>. Acesso em: 24 jul. 2026.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE "PAULO BARBOSA DE ARAÚJO". Relatório final [recurso eletrônico]. Organização de Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis. Aracaju: EDISE, 2020.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SERGIPE. Depoimento de Ancelmo Gois para a Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. YouTube, out. 2018. Vídeo (01:17:30 - 01:20:08). Disponível em: <https://youtu.be/z1loXag04tE?is=Nm6296Re4V2KGbKw>. Acesso em: 19 jul. 2026.

COSTA, Aryana. História local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 132-136.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. **Currículo de Sergipe**: integrar e construir [livro eletrônico]: ensino médio. Organização de Isabella Silva dos Santos e Mariana Fátima Muniz Soares. Aracaju: SEDUC, 2022.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984: partidos e eleições num Estado autoritário**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

FERREIRA, Elenice Silva; CURY, Carlos Roberto Jamil. História local: entre o gênero historiográfico e a historiografia da educação. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 11.; 2018. Anais [...] Campina Grande: Realize Editora, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **Dicionário de Ensino de História**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, jan./jun. 2004.

LIMA, José Aldaécio; CAVALCANTE, Maria da Paz. O ensino de história local: possibilidades e desafios. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA (SINAFRO)**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. p. 780-795. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/39640>. Acesso em: 18 maio 2026.

MIRANDA NETO, Onesino Elias. **Clube de cinema de Sergipe**: um projeto civilizatório em tempos de barbárie (1950 - 1969). 2022. 119 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/19554>. Acesso em: 20 jul. 2026.

NUNES, Ronaldo de Jesus. **Desvendando o enigma vermelho**: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 54, v. 1, p. 53-80, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/21419/16452>. Acesso em: 09 jul. 2026.

PEREIRA, Luis Claudio Santana; CARDOSO, Ana Gabriela Rodrigues. **Ensinar História a partir do cotidiano: a história local como estratégia educativa**. Boletim do Tempo Presente, v. 14, n. 4, p. 124-138, out./dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE**. História Imediata, São Paulo, n.5, p. 11-13, 1979. Disponível em:

<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/A-Volta-da-UNE.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2026.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. Currículo de Sergipe: integrar e construir. Aracaju: SEDUC, 2018.

SERRA, Renata. **O agente Secreto (2025)**: Crítica. OCA - Observatório de Cinema e Audiovisual, Universidade Federal Fluminense, nov. 2025. Disponível em: <https://oca.observatorio.uff.br/?p=9639>. Acesso em: 20 jul, 2026.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.